



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**PORTO VELHO/RO
MARÇO/2014**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Unidade: Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia

**PORTO VELHO/RO
MARÇO/2014**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	10
1.3 Organograma Funcional	11
1.4 Macroprocessos finalístico	15
1.5 Macroprocessos de Apoio	26
1.6 Principais Parceiros	30
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
2.1 Planejamento da unidade	33
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	42
3.1 Estrutura de Governança	42
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	43
3.3 Sistema de Correição	45
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	47
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	48
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	51
4.1 Execução das despesas	52
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa	52
4.1.2 Realização da Despesa	53
4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	53
4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	54
4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa	55
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	57
4.2.1 Análise Crítica	57
4.3 Suprimento de Fundos	58
4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	58
58	
4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	58
4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	59
4.3.4 Análise Crítica	59
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	60
5.1 Estrutura de pessoal da unidade	61
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	61
5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	61
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	62
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	62
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	63
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	64
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	65
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	65
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	65



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	66
5.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	66
5.1.7	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	66
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	67
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 68	
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	69
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2.....	70
5.2.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	71
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	72
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	72
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	76
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	76
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	77
6.2.4	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	79
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	80
7	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	81
7.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	81
7.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	84
8	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	85
8.1	Tratamento de Recomendações do OCI.....	86
8.1.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas.....	86
8.2	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	87
8.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	87
8.2.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	88
8.3	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	89
8.4	Alimentação SIASG E SICONV.....	90
9	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	91
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
10.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	92
10.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	94
10.2.1	Declaração com Ressalva.....	94
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	95
11.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	95
	CONCLUSÃO.....	97



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação da UJ	9
Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	43
Quadro III – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	52
Quadro IV – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	53
Quadro V – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	54
Quadro VI – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	57
Quadro VII – Despesas Realizadas por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	58
Quadro VIII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	58
Quadro IX - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (CPGF).....	59
Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	61
Quadro XI – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	62
Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	63
Quadro XIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	64
Quadro XIV - Composição do Quadro de Servidores Inativos	65
Quadro XV - Instituidores de Pensão	65
Quadro XVI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	68
Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	69
Quadro XVIII - Composição do Quadro de Estagiários.....	71
Quadro XIX – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	76
Quadro XX – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	77
Quadro XXI – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	79
Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	81
Quadro XXIV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	84
Quadro XXV - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	86
Quadro XXVI – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	87
Quadro XXVII – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	89
Quadro XXVIII – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	90
Quadro XXIX - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	94



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

LISTA DE ABREVIATURAS

CTI/DPF – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PF – Polícia Federal
PMA – Plano de Metas Anual
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SR/DPF/RO – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Rondônia
SETEC – Setor Técnico-Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial
SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais
SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da União
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com doze itens passíveis de prestação de informações) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012.

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Na UJ o Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI é responsável pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CGTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região. Assim, deixa-se de prestar as informações relativas ao Capítulo 7 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 e seu respectivo Quadro (A.7.1), que trata da Gestão de Tecnologia da Informação, **as quais deverão constar do Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.**

Determinadas informações requeridas pela Decisão Normativa TCU nº 127/2012 c/c Portaria TCU nº 175/2013 não constam deste Relatório por não ser aplicável a natureza jurídica da UJ ou se conforme o caso, se tratar de informação que constará do Relatório de Gestão do órgão central do DPF ou ainda, ter sido classificada como sigilosa. Nestes casos, detalhadas especificamente no início de cada capítulo.

Contextualizando a compatibilidade da execução orçamentária com as atividades desta Unidade do DPF, informa-se que a Polícia Federal em Rondônia atende 52 (cinquenta e dois) municípios, além dos municípios de Lábrea/AM, Humaitá/AM e Rondolândia/MT, perfazendo uma área total de 351.809 km², área superior aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, juntos.

O Estado de Rondônia, sob o ponto de vista policial, tem grande representatividade no tocante à repressão ao tráfico internacional de drogas e armas em virtude de possuir mil trezentos e quarenta e dois (1.342) quilômetros de fronteira com a Bolívia, país que figura entre os maiores produtores mundiais de pasta base de cocaína. Destaca-se, ainda, o combate a crimes ambientais, conflitos agrários e a corrupção.

Sob o ponto de vista estratégico, além de ser um estado fronteiriço, Rondônia se destaca pela grande extensão de áreas de preservação ambiental e pela construção de duas das maiores obras do PAC – Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Com relação à gestão administrativa foram realizadas ações de melhorias prediais e capacitação de servidores.

Registra-se o empenho de todos os servidores para manutenção do quantitativo razoável de inquéritos policiais em andamento possibilitando maior dedicação às ações investigativas de maior potencial ofensivo, especialmente no combate à corrupção e desvio de recursos públicos.

No tocante a gestão operacional, a Polícia Federal em Rondônia envidou todos os esforços no alcance da eficiência e qualidade em suas ações contra o crime organizado, as quais trouxeram resultados positivos à sociedade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Dentre as principais ações de grande vulto deflagradas em 2013 destacam-se: **OPERAÇÃO 8666** e **OPERAÇÃO PAU BARSIL**, destinadas ao combate a fraude em licitação e corrupção de servidores públicos federais; **OPERAÇÃO ZAGAN** destinada a dismantlar grupo criminoso especializado em falsificações; **ANABOLS** que identificou grupo especializado na comercialização de drogas anabolizantes e psicotrópicas; **OPERAÇÃO CORRERIA** destinada à desarticular grupo criminoso internacional e apreender grande quantidade de cocaína arremessada via aeronave, **OPERAÇÃO RIO PARDO** deflagrada com o objetivo de identificar e prender os responsáveis pela execução de policial militar da Força Nacional de Segurança naquela localidade. Deflagrou-se, ainda, no final de dezembro de 2013, a **OPERAÇÃO HUMAITÁ**, destinada, a princípio, localizar três pessoas desaparecidas que cruzavam a Rodovia Transamazônica na altura do Km 180, que resultou na localização dos corpos e dos responsáveis pelo crime, após dois (2) meses de investigação.

Destacam-se, ainda, as **Operações permanentes: ROOSEVELT** que coíbe a extração de recursos naturais da reserva indígena dos índios Cinta Larga, rica em madeira e minérios, através da fiscalização do entorno desta reserva e na preservação da terra indígena; **ARCO DE FOGO/DEFESA DA VIDA** com foco na fiscalização e repressão a crimes ambientais cometidos nas áreas de preservação ambiental e **SENTINELA** que atua no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes.

A Polícia Federal em Rondônia vem implementando ao longo dos últimos anos várias novas ferramentas e formas de atuação. O que se pode concluir é que todos os esforços e recursos gastos na execução das atividades no âmbito da SR/DPF/RO baseiam-se no estrito cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública e que regem a conduta dos profissionais que compõem o DPF e se refletem, principalmente, no respeito ao cidadão que busca nesta UJ os cerca de 40 serviços e orientações sobre os mais diversos assuntos, tais como adoção internacional, emissão de antecedentes criminais, da carteira de identidade de estrangeiros, de documentos de viagens, além do cadastramento, controle e fiscalização das atividades de empresas de vigilância e de comércio e produção de produtos químicos.

A principal dificuldade enfrentada pela Superintendência de Polícia Federal de Rondônia para cumprimento de seu dever constitucional está relacionada à insuficiência de efetivo policial e administrativo, ocasionado por aposentadorias, remoções por diversos motivos, além da falta de motivação dos servidores seja em virtude de movimentos reivindicatórios, seja pela indefinição de eventual pagamento de adicional de fronteira, ou, ainda, pela ansiedade de realização de concurso de remoção para os cargos de delegados e escrivães que não acontecem há quase 05 anos.

No desenrolar do presente Relatório pretende-se demonstrar os resultados alcançados pela Polícia Federal em Rondônia, por meio da atuação dessa Unidade Gestora, bem como as dificuldades vivenciadas no mister, buscando sempre atender os anseios sociais na área de segurança pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

A unidade jurisdicionada está identificada de acordo com o relatório de gestão na forma individual em conformidade com o Anexo I da DN TCU nº 127/2013, como detalhado a seguir.

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia			
Denominação Abreviada: Superintendência de Polícia Federal em Rondônia			
Código SIORG: 1156	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200378
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0038-28
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(69) 3216-6200	(69) 3216-6202	(69) 3216-6205
Endereço Eletrônico: gab.srro@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Lauro Sodré, 2905Bairro Nacional CEP 76.803-490 Porto Velho/RO			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76			
Transformada em Superintendência pela Portaria 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75			
Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007;			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF;			
- Instrução Normativa nº 13 DG/DPF, de 15/06/2005 (competências e atribuições das Unidades do DPF), alterada pela IN nº 17/08-DG/DPF; alterada pela IN nº 39/2010 DG/DPF);			
- Portaria nº 2099/ 2011 DG/DPF, de 15/02/2011, publicada no BS 033/11, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srro), em novembro de 2011. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200378	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200378		00001	



1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Finalidade

O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão permanente, específico, singular, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dessa forma, a finalidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia, como parte integrante órgão, está em contribuir, no âmbito da circunscrição que lhe foi definida pela Portaria 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, para o cumprimento da missão do DPF.

Competência

As competências institucionais da Polícia Federal estão definidas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011. Assim, compete à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia contribuir, no âmbito de sua circunscrição, para cumprimento das atribuições do órgão.

Toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, do estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária. Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é tomar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.

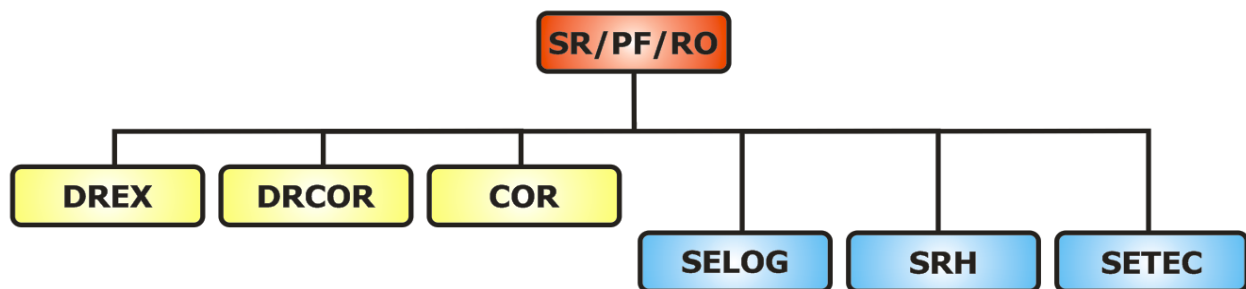


1.3 Organograma Funcional

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO) está estruturada em quatro (4) Unidades Operacionais, composta por sua Sede, na capital, pelas Delegacias Descentralizadas localizadas em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena, e por três (3) Postos Avançados, instalados em Pimenta Bueno (OPERAÇÃO ROOSEVELT), Pimenteiras (OPERAÇÃO SENTINELA) e Espigão D'Oeste (OPERAÇÃO ARCO DE FOGO), estrategicamente posicionados na sua área de atuação.

O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que os somatórios dos processos desencadeados se alinhem, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão. Nesse diapasão, os setores que coordenam os principais macroprocessos no âmbito desta UJ estão citados a saber, competindo-lhes:



a) Superintendência Regional – SR

Planejar, supervisionar, coordenar, comandar, avaliar, promover e fiscalizar a execução das operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF no Estado, cuja prática exija repressão uniforme; administrar as unidades descentralizadas, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; aprovar diretrizes específicas relativas às atividades de investigação, prevenção e repressão aos crimes de atribuição do DPF; apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências, informações sobre suas atividades e outros meios facilitadores de suas ações; acompanhar e avaliar o desempenho operacional de suas unidades, com vistas à elevação de seus padrões de efetividade; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição no Estado, tendo em vista subsidiar a gestão do Diretor-Geral; realizar estudos relativos à execução de obras e serviços de engenharia (construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de benfeitorias e instalações), além de elaborar estudos e propor prioridades para a locação de instalações no âmbito da unidade descentralizada, bem como prestar apoio à DEOB/CPLAM/DLOG; cumprir as normas e diretrizes relativas às atividades de projeto, obra, serviços de engenharia e manutenção predial de edificações emanadas das unidades centrais; controlar e fiscalizar o emprego dos recursos destinados a projeto, obra, serviços de engenharia e manutenção predial de edificações das unidades descentralizadas; executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva das edificações; acompanhar, controlar e promover as atividades de projeto e implantação de sistemas de manutenção predial locais; orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

empresas prestadoras de serviços da área de engenharia e arquitetura; realizar vistoria técnica anual emitindo Relatório de Inspeção Anual da Situação Física das Unidades do DPF – RISF ou esporádica (por determinação superior) em imóveis, benfeitorias e instalações e encaminhá-las à DEOB/CPLAM/DLOG até o dia 31 de Dezembro de cada ano; emitir parecer técnico sobre situação de imóveis, benfeitorias e instalações, quando determinado; propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos; apoiar tecnicamente, dentro das prescrições legais e das orientações da DEOB/CPLAM/DLOG, processo licitatório referente à contratação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da unidade descentralizada; providenciar o fiel cumprimento dos contratos, no âmbito restrito da área técnica de atuação, celebrados para execução de projetos, obras e serviços de engenharia, tomando para isso todas as providências técnico-legais pertinentes à fiscalização; manter registro atualizado de plantas dos prédios das unidades descentralizadas subordinadas, bem como das obras e serviços de engenharia realizados, inclusive com a indicação das condições de entrega das obras e de execução dos serviços; fornecer mensalmente ao chefe da DEOB/CPLAM/ DLOG informações pertinentes à alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento , vinculado ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – MPOG; dispor dos dados estatísticos referentes às suas atividades; executar a gestão dos contratos relativos aos projetos, obras e serviços de engenharia diretamente ou por servidor(es) distinto(s) do(s) designado(s) para a fiscalização; controlar a atuação das empresas contratadas para fiscalizar os contratos de engenharia e arquitetura de interesse do DPF, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011..

b) Corregedoria Regional de Polícia Federal

Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER; planejar e executar o Plano de Correções; decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais; promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial; determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas; controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo; decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência; submeter o Relatório de Correções e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral, conforme o definido no artigo 14 do Regimento Interno do DPF.

c) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR

Propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos; planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas; articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação; orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas; distribuir o efetivo do pessoal entre suas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores; distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído; controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência; homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência; controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; controlar as autorizações de abastecimento de viaturas; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

d) Delegacia Regional Executiva – DREX
COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO

Propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico; planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados; controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas; acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência; articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação; orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas; distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores; distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído; homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência; controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; controlar as autorizações de abastecimento de viaturas; controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade; elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão; consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência; controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens; promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

Elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência; acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos; promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários; planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico; orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais; propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho; elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência; adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência; dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual; propor a suplementação de créditos; dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

f) Setor de Recursos Humanos – SRH

Executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência; orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais; executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias; propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho; atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva; expedir declarações funcionais; elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias; organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal; dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

g) Setor Técnico-Científico – SETEC

Planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais; remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento; colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas; promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica; propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres; promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas; organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência; expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos; dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC, conforme o definido no artigo 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.4 Macroprocessos finalístico

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal correspondem ao conjunto de processos associados às atividades-fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos clientes e/ou usuários externos, gerando produtos ou serviços a estes destinados. São os ligados à essência do funcionamento da Instituição e que caracterizam a sua atuação, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013.

Na Polícia Federal, os típicos processos finalísticos são aqueles referentes ao cumprimento das atribuições constitucionais enquanto Polícia Judiciária da União (investigação de crimes federais) e aqueles de Prestação de Serviços ao cidadão/usuário (emissão de certidão de antecedentes criminais, passaporte e porte de arma, etc.), destacados os principais resultados no período.

1.4.1 MACROPROCESSO	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
AREA RESPONSÁVEL	Cooperação Internacional

1.4.2 MACROPROCESSO	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.
AREA RESPONSÁVEL	Inteligência Policial

1.4.3 MACROPROCESSO	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
AREA RESPONSÁVEL	Segurança de Pessoas

1.4.4 MACROPROCESSO	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
AREA RESPONSÁVEL	Segurança de Portos e Aeroportos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.4.5 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

AREA RESPONSÁVEL Suporte Operacional

1.4.6 MACROPROCESSO Conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.

AREA RESPONSÁVEL Controle da Segurança Privada

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais realizações

Descrição	SR/RO	DPF/JPN	DPF/GMI	DPF/VLA	Total
Documentação para Curso de Formação conferida	1.627	608		284	2.519
Instituições financeiras vistoriadas	93	47	7	34	181
Veículos especiais carro-forte vistoriados	22	14		4	40
Vistorias em Empresas de segurança privada	23	5		2	30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

ii. Arrecadação por Unidade/Ano

ANO	SR/RO	DPF/JPN	DPF/GMI	DPF/VLA	Total em R\$
2011	195.826,23	68.617,97	40.998,58	4.549,01	309.991,79
2012	329.677,03	80.471,98	47.972,51	8.512,80	466.634,32
2013	263.672,39	107.042,66	59.659,66	7.448,70	437.823,41

As principais ações desenvolvidas foram fiscalizações de rotina nas empresas de segurança privada desta circunscrição, bem como fiscalizações a respeito de denúncias de empresas clandestinas de segurança privada. Em decorrência das fiscalizações, foram lavrados trinta e seis (36) Autos de Comunicação e Infração e cinco (05) Autos de Encerramento de Atividades de Segurança Privada Não Autorizadas. Assim, atingiu-se o objetivo de coibir a prática de irregularidades administrativas por parte das empresas, bem como o objetivo de coibir a prática de desenvolvimento de atividades de segurança privada sem autorização da Polícia Federal.

A principal dificuldade encontrada para a realização dos objetivos foi à carência de efetivo na DELESP/SR/RO.

As principais medidas que devem ser adotadas nos exercícios seguintes devem ser a manutenção do efetivo atual e, se possível, seu aumento. Além disso, devem ser intensificadas as fiscalizações nas empresas de segurança privada, bem como em possíveis empresas clandestinas que eventualmente estejam operando nesta circunscrição.

1.4.7 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.

AREA RESPONSÁVEL Controle de Armas de Fogo

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Resultados por Unidade

UNIDADE	Apreensões	Furtadas / Roubadas	Perdidas	Devolvidas / Recuperadas	Apostiladas no Exército	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
SR/RO	9	104	42	8	74	33	209	64	7	5063
DPF/JPN/RO		26	2			13		32		428
DPF/GMI/RO		5	2	21		32	2	32		3
DPF/VLA/RO		31	0	1		15	48	23	1	596
TOTAL	9		46	30	74	93	259	151	8	6.090



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

ii. Comparativo – Atividades – Exercícios de 2013/2012/2011

UNIDADE	Apreensões	Furtadas / Roubadas	Perdidas	Devolvidas / Recuperadas	Apostiladas no Exército	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
2013	9	166	46	30	74	93	259	151	8	6.090
2012	17	151	28	-	72	114	36	18	17	1.130
2011	6	101	15	1	22	110	52	2	6	660

UNIDADE	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
SR/RO	429	8	16			2205	432	259	52
DPF/JPN/RO	110		4	428	6	328	77	23	
DPF/GMI/RO	34			8	5	7	6	3	
DPF.VLA/RO	265	1	3	596	4	596	219	46	8
TOTAL	838	9	23	1032	15	3136	734	331	60

ANO	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição
2013	828	1	23	1.032	15	3.136	734	331	60
2012	574	18	28	1.131	22	1.132	375	114	772
2011	280	3	26	846	1	846	324	149	428



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

- 1.4.8 MACROPROCESSO** Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
- AREA RESPONSAVEL** Controle de Precursores Químicos

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais realizações e arrecadações por Unidade

UNIDADE	Empresa Fiscalizada	Solicitação Cadastro e Licença	Renovação de Licença	Taxa de Cadastro R\$	Taxa de Licenças R\$
SR/RO		17	5	5.500,00	34.600,00
DPF/JPN/RO		12	28		
DPF/GMI/RO	2		1		
DPF/VLA/RO	2				
TOTAL	4	29	34	5.500,00	34.600,00

ii. Resumo por Exercício

ANO	Empresa Fiscalizada	Solicitação Cadastro e Licença	Renovação de Licença	Taxa de Cadastro R\$	Taxa de Licenças R\$
2013	4	29	34		5.500,00
2012	1	27	87	60	12.400,00
2011		20	54	62	7.500,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.4.9 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.

AREA RESPONSAVEL Controle Migratório

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais realizações e arrecadações por Unidade

UNIDADE	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar)	Expedição CIE's Temporários	Expedição CIE's Permanentes	Registro de Temporários	Registro de Permanentes	Prorrogação Prazo Permanência Turistas	Prorrogação Prazo Temporário	Recadastramento	Pedido Naturalização
SR/DPF/RO	89	233	241	233	241	174	63	17	17
DPF/JPN/RO	59	60	46	60	46	45	2		4
DPF/VLA/RO	52	22	24	22	24	22	31		1
DPF/GMI/RO	21		39		20			59	4
TOTAL	221	315	350	315	331	241	96	76	26

UNIDADE	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia)	Registro de entrada de estrangeiro	Registro de saída de estrangeiro	Registro de entrada de brasileiro	Registro de saída de brasileiro	Auto Infração multa não recolhida	Auto Infração multa recolhida	2ª Via de CIEP	Arrecadação de multa R\$
SR/DPF/RO	67						42	13	12.168,31
DPF/JPN/RO		1	2				40	2	14.328,80
DPF/VLA/RO									
DPF/GMI/RO	63	3.432	2.636	2.404	3.712	19649,98	10232,3	8	10.232,23
TOTAL	130	3433	2638	2404	3712	19649,98	10314,3	23	36729,34

Constata-se um aumento crescente na demanda de serviço de DELEMIG da SR/DPF/RO e Delegacias.

Uma das dificuldades encontradas pela Polícia Federal em Rondônia refere-se à falta de efetivo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

que assola a região norte. Com destaque para aumento de demanda migratória devido ao grande fluxo de haitianos que adentraram ao País em 2011, 2012 e 2013.

Objetivando mitigar a situação a SR/RO deslocou servidores de outros setores e unidades a fim de amenizar a situação e prestar um serviço de qualidade à população.

Estuda-se, ainda, a possibilidade de aumentar a área da recepção da DELEMIG/SR/RO a fim de dar mais conforto ao cidadão rondoniense em busca do serviço.

1.4.10 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.

AREA RESPONSÁVEL Identificação Civil

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais realizações e arrecadações por Unidade

UNIDADE	PASSAPORTES EMITIDOS				Arrecadação de taxas de passaportes R\$
	Expedidos	Expedidos com taxa em dobro	Cancelados	Cancelados por erro de ofício	
SR/DPF/RO	5.776	135	850	13	941.083,70
DPF/JPN/RO	2.925	134	511	16	534.879,38
DPF/VLA/RO	1.556	45	72	7	249.868,07
DPF/GMI/RO	190	3	5		35.217,15
TOTAL	10447	317	1438	36	1.761.048,30

A Delegacia de Imigração NUMIG nas Descentralizadas têm aprimorado constantemente seus processos internos de modo a atender com celeridade a emissão de passaportes e no ano de 2013 foram emitidos 10.447 passaportes, quase o dobro do ano anterior, e expedidas 665 Carteiras de Identidade para Estrangeiros Permanentes.

Ainda há o planejamento para emissão de carteiras de vigilante, no módulo de impressões datiloscópicas digitais, para melhor controle e fiscalização dos profissionais de segurança e vigilância.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.4.11 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção a testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.

AREA RESPONSÁVEL Proteção à Vida e aos Direitos Humanos

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Superintendência da Polícia Federal Rondônia apoia as atividades de Serviço de Proteção ao Depoente Especial que é executado por órgão central, através de recrutamento pela SPDE/DSDE/DIREX/DPF em Brasília, e também apoia por recrutamento a proteção de Juiz Federal em Mato Grosso.

1.4.12 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.

AREA RESPONSÁVEL Investigação Criminal

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais resultados em 2013

UNIDADE	Instaurados	Relatados	Em Andamento	Instaurados	Relatados	Em Andamento	Instaurados	Relatados	Em Andamento
SR/DPF/RO	489	841	665	604	546	737	655	614	698
DPF/JPN/RO	186	437	149	204	181	178	242	218	190
DPF/GMI/RO	75	98	74	92	72	105	176	156	176
DPF/VLA/RO	215	230	278	204	191	295	161	182	246
TOTAL	965	1.606	1.166	1.104	990	1.315	1.234	1170	1.310

Os Inquéritos Policiais representam de maneira sintética, a materialização do esforço policial voltado a investigação realizada e objetiva individualizar a materialidade e a autoria dos diversos crimes de responsabilidade da Polícia Federal. No ano de 2013 foram instaurados 1234 inquéritos policiais e relatados 1.170 superando os quantitativos correspondentes do ano de 2012, contudo ainda falta ajustar as ações para diminuição o quantitativos dos inquéritos em andamentos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

A necessidade de reduzir o número de inquérito policiais em andamento para dedicar maior parte dos recursos humanos e logísticos nas atividades investigativas as operações mais focadas nos crimes de maior potencial ofensivo. Para isso, devemos aprimorar o filtro acerca das notícias de crimes recebidas, realizando investigações preliminares que permitam avaliar com mais critério acerca da possível veracidade da denúncia e, somente nestes casos, instaurado o IPL, e realizar mais cartórios itinerantes para dar celeridade às diligências vinculadas aos municípios limítrofes com isso aumentar os índices dos IPL's relatados que dependem dessas ações.

1.4.13 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

AREA RESPONSAVEL Identificação criminal

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais resultados em 2013

UNIDADE	Prontuário de identificação criminal	Emissão de folhas de antecedentes criminais
SR/DPF/RO	10613	1092
DPF/JPN/RO	7164	1011
DPF/VLA/RO	7622	509
TOTAL	25.399	2.612

O GID/DREX/SR/RO desenvolveu diversas ações institucionais afetas às suas atividades fins preferencialmente voltadas para diminuir o passivo de prontuários criminais oriundos da Justiça Federal. Assim, foi possível a inclusão de aproximadamente 500 (quinhentos) ofícios com informações criminais no ano passado.

Atuou durante todo o ano de 2013 na área de perícia em papiloscopia (local, materiais e documentos) emitindo aproximadamente **170** laudos papiloscópicos.

Exerceu atividades em auxílio à Polícia Civil do Estado de Rondônia em casos complexos na área de papiloscopia (homicídios de Naiara Karine e José Armando Freitas).

De um modo geral os efeitos foram positivos, pois demandaram em ações voltadas para a prática profissional de papiloscopia e os objetivos acabaram por sendo alcançados.

Participou ainda no primeiro semestre de cursos de capacitação no Instituto Nacional de Identificação nas áreas de AFIS, SINIC e Retrato Falado.

O contingenciamento de recursos materiais (produtos químico-físicos) específicos utilizados na perícia papiloscópica foi o principal problema enfrentado.

As principais medidas que deverão ser adotadas referem-se ao planejamento e execução para aquisição de materiais de perícia papiloscópica em quantidade suficiente para a demanda anual;

Planejar e realizar cursos e capacitações para servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

da Justiça Federal em Rondônia no intuito de provê-los de instrumentos necessários para a inclusão de prontuários de identificação criminal;

Criar um grupo multi-institucional (polícia federal e polícia civil) voltado para o estudo e análise de casos complexos em papiloscopia.

1.4.14 MACROPROCESSO Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

AREA RESPONSÁVEL Criminalística

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

i. Principais resultados em 2013

ÁREA DE EXAME	UNIDADE	
	SETEC/SR/RO	UTEC/VLA/RO
Perícias Contábeis e Financeiras	7	10
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	74	12
Perícias de Engenharia	8	1
Perícias de Informática	279	3
Perícias de Local	51	6
Perícias de Meio Ambiente	66	77
Perícias de Química Forense	146	9
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	24	
Perícias de Veículos	26	97
Perícias Documentoscópicas	92	52
Perícias Eletroeletrônicas	83	
Perícias Merceológicas	7	5
TOTAL GERAL	863	272

Priorizou-se a realização de exames periciais, mantendo-se assim, dentro das metas trimestrais estabelecidas pela DITEC/INC.

As metas trimestrais e anual foram alcançadas, com exceção de um exame pericial complexo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

que estava em andamento em dezembro de 2013 (exame em obra de engenharia - rodovia).

Viabilizadas as capacitações no âmbito de atuação da área responsável mantendo o efetivo de PCF atualizado tecnicamente.

As dificuldades envolvidas referem-se essencialmente a remoção de servidores, baixo efetivo de PCF em algumas áreas de perícia; recrutamentos de PCF para atendimento de exames, e outros exames foram redirecionados para o INC ou outro SETEC como forma de colaboração institucional.

Dentre as principais medidas a adotar consta o recrutamento de PCF para apoio nos exames com maiores demandas e solicitar apoio de outras unidades de criminalística para envio de expedientes para atendimento, tendo em vista a consonância também com a política de recursos humanos da instituição (remoção, cessão para recrutamentos, missões etc), mantendo-se desse modo dentro das metas da DITEC/DPF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os Macroprocessos de Apoio são compostos por processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da organização, e proveem suporte aos Macroprocessos Finalísticos. Chamados também de processos de suporte, geralmente, produzem resultados imperceptíveis ao usuário, mas são essenciais para a gestão efetiva da organização, garantindo o suporte adequado aos processos finalísticos. Estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da Instituição. Seus produtos e serviços se caracterizam por terem como cliente a própria organização (contratação de pessoas, aquisição de bens e materiais, desenvolvimento de tecnologia da informação e execução orçamentário-financeira), apresentados na Tabela a seguir.

Cabe destacar que alguns macroprocessos podem de um lado ser classificados como Finalísticos e de outro, como de Apoio, dependendo da origem da demanda do seu produto final. Assim, os Macroprocessos Finalísticos Comunicação Institucional, Identificação Criminal e Criminalística não serão reproduzidos por já terem sido apresentados no item anterior, tendo em vista que podem ser também Macroprocessos de Apoio, de acordo com o cliente a que se destina.

1.5.1 MACROPROCESSO Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.

AREA RESPONSÁVEL Comunicação Institucional

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A comunicação é um fator preponderante na estratégia institucional, dada a sua importância no fluxo da informação, que deve ser clara, confiável e completa. A Unidade, como modo de figurar uma melhor gestão e controle interno conta com a utilização de rede interna (intranet) e externa (internet) via sítio www.pf.gov.br para divulgação das principais políticas, notícias, diretrizes e normativos. Há ainda o Código de Ética profissional do servidor do Departamento de Polícia Federal. Para setores de logística e administração, a Superintendência conta com a cooperação de outras Superintendências, de modo a buscar um trabalho padronizado e diminuição de custos.

A comunicação interna também é feita por meio do e-mail institucional de cada um dos servidores, pela página da Intranet, Aditamento Semanal, Portarias, Mensagens-Oficiais Circulares do órgão, uso em larga escala do SIGEPOL – Sistema de Gestão Policial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.5.2 MACROPROCESSO Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.

AREA RESPONSÁVEL Correição e Controles Internos

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Principais resultados em 2013

Ano	Inquéritos instaurados	Inquéritos relatados
2012	604 – sendo 94 de iniciativa interna	548
2013	656 – sendo 165 de iniciativa interna	614

1.5.3 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

AREA RESPONSÁVEL Gestão de Tecnologia da Informação

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O NTI da UJ dedicou-se em 2013 à busca da excelência do serviço nesta SR, através das seguintes medidas:

- Melhorias na rede corporativa estruturada;
- Renovação significativa da planta de desktops e notebooks;
- Substituição das impressoras defasadas ou que apresentaram precariedade;
- Aquisição de computadores dedicados para as funções de servidores;
- Substituição de *switch*'s antigos e defasados tecnologicamente;
- Manutenção de equipamentos de informática;
- Suporte ao usuário (servidor desta SR ou de alguma delegacia de polícia federal do interior deste estado).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.5.4 MACROPROCESSO Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.

AREA RESPONSÁVEL Gestão do Conhecimento

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Muitas medidas têm sido levadas a efeito no intuito de melhorar a investigação policial federal, tanto originadas dos órgãos centrais do Departamento de Polícia Federal (tais como: Cursos na Academia Nacional de Polícia, cursos virtuais promovidos pelo PRONASCI, cursos promovidos pela ANP em outras capitais, nos quais alguns servidores lotados neste Estado participaram e aprenderam novas técnicas de investigação policial e hoje difundem o aprendizado), como de iniciativa da própria SR (tais como: reformas físicas nos espaços físicos, que abrigam os policiais federais incumbidos diretamente de combater o crime organizado neste Estado ou em outros cumulativamente).

1.5.5 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.

AREA RESPONSÁVEL Gestão de Obras e Edificações

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Grupo Técnico de Edificações designado por meio da Portaria GAB/SR/DPF/RO fiscalizou a reforma do antigo telecentro que a partir de 2013 funciona como Auditório; realizou fiscalização mensal e periódica referente ao contrato firmado entre a UJ e empresa ELETROPORTO que trata de manutenção predial; fiscalizou as obras com recursos advindos de Termo de Ajuste de Conduta, que referem-se à expansão do GABINETE e secretaria, construção de nova guarita de vigilantes e ampliação de telhados para guarda de veículos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

1.5.6 MACROPROCESSO Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

AREA RESPONSÁVEL Gestão de Pessoas

1.5.7 MACROPROCESSO Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

AREA RESPONSÁVEL Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF em 2013 realizou processos de empenho, liquidação e pagamento; solicitações de declarações orçamentárias, conforme o caso; formalizou processos para concessão de suprimentos de fundos.

A Conformidade de Gestão atuou na análise dos diversos processos de pagamentos no âmbito da UJ.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1.6 Principais Parceiros

Na consecução de suas diversas atividades, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia tem implementado ações que contam com parcerias de diversos órgãos e instituições neste Estado. É sabido que a parceria entre órgãos é fundamental para a otimização de recursos, aproveitando-se da experiência de cada parceiro com o fito de se alcançar uma melhor qualidade na prestação do serviço à sociedade.

Dentre os diversos parceiros destaca-se a Procuradoria da República no Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Força Nacional de Segurança, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, ABIN e Controladoria-Geral da União.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir –, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem ser formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los. Isto, posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos, Plano Estratégico, Portfólio Estratégico e Mapa Estratégico.

A atuação desta Unidade Jurisdicionada está alinhada ao atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal que é: “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no Estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Todo o trabalho é realizado para que seja possível, dentro dos prazos previstos, atingir o objetivo de gestão, resumido na VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana” e vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros disponíveis ao cumprimento de sua missão.

Para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico do DPF:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Para melhor direcionar os esforços e priorizar os recursos desta UJ de modo a atender aos objetivos institucionais da instituição e aproveitar ao máximo as oportunidades surgidas com as denúncias recebidas e as investigações levadas a cabo, identificou-se como necessário priorizar a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros em investigações focadas nos crimes de maior potencial ofensivo, sendo esta a linha mestra que guiou a SR/DPF/RO e suas Delegacias Descentralizadas ao longo de 2013.

A dinâmica das atividades policiais, por suas particularidades e especialmente pelo princípio da oportunidade, tem suas atividades direcionadas, em grande parte e independentemente de um plano pré-estabelecido, pela ocorrência dos crimes e pela descoberta de novos indícios que terminam por determinar os rumos a serem dados às investigações a partir de então. Tal estratégia mostra-se compatível e adequada também com o cenário de redução gradual de efetivo que tem ocorrido ao longo dos últimos anos, o que torna ainda mais importante a implementação de ações gerenciais destinadas à racionalização do uso dos recursos humanos disponíveis.

A SR/DPF/RO no âmbito de suas ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, com o objetivo de fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre as ações realizadas, contribuindo para a maior transparência da atuação desta UJ, divulga por este instrumento as aplicações e resultados alcançados mediante a descentralização dos recursos orçamentários pelo órgão central, por meio dos **PROGRAMAS TEMÁTICOS**.

As informações pertinentes ao subitem 2.2 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 e respectivos quadros (A.2.2.1, A.2.2.2, A.2.2.3.1, A.2.2.3.2, A.2.2.3.4), não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, visto que os programas constantes no PPA não são de responsabilidade e, tampouco, gerenciados por esta Unidade. E embora as informações do item 2.2.3.3 e quadro A.2.2.3.3 se apliquem a UJ, não ocorreram no período. Em princípio, as informações pertinentes deverão ser informadas no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

Relativo ao subitem 2.3 dos citados instrumentos, não houve ocorrência em 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

2.1 Planejamento da unidade

Com o objetivo de aparelhar-se e organizar-se estrategicamente para execução de suas ações e objetivando prover condições de trabalhos mais adequados para o cumprimento de suas atribuições, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia em consonância com as orientações emanadas pela Direção Geral do DPF traçadas no Plano Estratégico, as quais são coordenadas pelas Diretorias das unidades centrais do DPF, conforme IN 21/2010 DG/DPF, elabora seu plano de metas para exercício futuro e utiliza como instrumento de gerenciamento via SIGEPOL-INTRANET.

Desta forma, trata-se neste subitem do Plano de Ação da SR/DPF/RO, com metas instituídas para o exercício de 2013, dividido em três blocos – metas administrativas, policiais e institucionais, sendo destacadas adiante as principais, cuja numeração relaciona-se ao Plano de Ação da UJ para o período, portanto, é possível que não seja em ordem alfanumérica.

Cumpra esclarecer que as metas estabelecidas para o ano de 2013 não atingidas decorrem essencialmente de restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal decorrentes de cortes de gastos públicos na área de Segurança Pública, além da insuficiência de efetivo, principalmente da atividade meio, o que exigiu uma adequação das ações e das metas estabelecidas.

Das metas principais metas estabelecidas destacamos os riscos identificados, estratégias adotadas e atividades desenvolvidas, por Objetivo estratégico e respectiva ação:

2.1.1 ADMINISTRATIVAS

<u>i. Objetivo estratégico</u>	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura
Ação	Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimoramento, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
Meta 1	Contratar empresa especializada para a elaboração do projeto executivo da nova sede
Meta 2	Contratar a construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim e de 22 imóveis funcionais
Meta 3	Contratar a construção do NEPOM/DPF/GMI/SR/DPF/RO
Meta 5	Contratar empresa especializada em edificações para executar a reforma dos telhados das casas funcionais, 4 (quatro) no total, parte fundos e construção do muro parte lateral e frontal relativo desses imóveis
Meta 6	Contratar empresa especializada para realizar reforma das casas funcionais da DPF/VLA/RO
Meta 8	Contratar empresa especializada para construção de auditório com 50 lugares na DPF/VLA/RO
Meta 9	Contratar a construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO, bem como dos imóveis funcionais.
Riscos identificados	Contingenciamento e conseqüente não descentralização de recursos no exercício.
Estratégias Adotadas	Essas metas delineadas pela SR/DPF/RO tiveram resultados adversos devido a fatores externos, que demandaram mudança de estratégia de atuação, tais como contratação de empresas especializadas para construção de novas sedes, assim como para reformas programadas, que já haviam sido aprovadas no Plano de Obras (PLANOB)/2012 e foram suspensas em vista de cortes orçamentários impostos.
Atividades Desenvolvidas	Considerando a previsão de construção da nova sede abortou-se a demanda quanto a construção do auditório na DPF/VLA. Quanto às outras metas restou prejudicado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Meta 4	Reforma, adequação e realocação da infraestrutura física do NIP/SR/DPF/RO.
Riscos identificados	Insuficiência de recursos; Ausência de GTED; Efetivo reduzido
Estratégias Adotadas	Tratando-se de readequação da estrutura interna utilizou-se o contrato de manutenção predial vigente.
Atividades Desenvolvidas	Realizada a readequação do espaço.

ii. Objetivo estratégico	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística
Ação	Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
Meta 7	Aquisição de material de consumo, tais como, suprimentos de informática, pneus, material de expediente, gêneros alimentícios, reagentes para laboratório dentre outros itens a fim de suprir os setores com itens e ferramentas necessárias ao regular cumprimento de suas atividades.
Riscos identificados	Contingenciamento; Insuficiência de recursos; Apresentação das demandas já no final do exercício o que inviabilizaria tomada de decisões pela UJ.
Estratégias Adotadas	Divulgação de memo circular orientando sobre a padronização de apresentação das demandas; Instituídos prazos.
Atividades Desenvolvidas	Realizadas licitações por registro de preços o que possibilitou empenhos parcelados, sem comprometer consideravelmente o espaço para guarda dos itens, já no limite de preenchimento.

iii. Objetivo estratégico	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão de Projetos
Ação	Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
Meta 10	Ampliar as iniciativas já existentes, aprimorando os controles sobre bens encaminhados e mantidos no depósito, recomendando aos EPFs e DPFs para que identifiquem bens apreendidos relativos à IPL's já concluídos, dando-lhes a devida destinação, além de manter contatos com o Judiciário e MP para correta destinação dos objetos.
Riscos identificados	Não recebimento de bens apreendidos pela Justiça Estadual de Rondônia; não encaminhamento oportuno de bens apreendidos à Justiça Federal, quando do encerramento dos inquéritos.
Estratégias Adotadas	Orientação a Delegados e Escrivães para que fizessem uso do sistema de controle de coisas apreendidas, existente no SISCART, e para que remetessem à Justiça os bens apreendidos sempre que o inquérito policial fosse relatado.
Atividades Desenvolvidas	Em 2013, a Corregedoria Regional da SR/DPF/RO adotou medidas visando regularizar a situação dos bens apreendidos, muito embora o setor de depósito não esteja subordinado ao Corregedor Regional. Buscou-se solucionar as pendências existentes. Os Chefes das unidades do interior foram instados a levar para suas Delegacias os bens apreendidos que se encontravam no depósito da SR/DPF/RO. Bens vinculados a inquéritos de outros Estados foram encaminhados às respectivas unidades em que tramitam os procedimentos de polícia judiciária. Outros bens, referentes a inquéritos concluídos, foram remetidos à Justiça Federal. Foi remetida uma lista dos veículos apreendidos à Procuradoria da República/RO, para que o MPF represente em juízo pela destinação dos bens. Apesar dos avanços acima relatados, a remoção do Escrivão MATOS, que era responsável pelo depósito, e o longo interregno sem novo servidor designado para a função, limitaram o alcance das medidas. Com a recente designação do EPF JOSIMAR e a chegada do novo Chefe da DRCOR, esperam-se melhorias contínuas. Cumpre registrar que a Justiça Estadual historicamente recusa-se a receber bens apreendidos, sendo este um dos principais fatores para o acúmulo indevido de bens no depósito da SR/DPF/RO. No que tange aos veículos apreendidos, a destinação depende de decisão judicial, o que foge ao controle do Departamento de Polícia Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

2.1.2 POLICIAIS

iv. Objetivo estratégico **Ação**

Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação. Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instrução se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Meta 11

Riscos identificados **Estratégias Adotadas** **Atividades** **Desenvolvidas**

Superar o número de IPL's instaurados por iniciativa própria e relatados no ano de 2012
Redução de efetivo da unidade, em especial de Delegados dedicados à atividade-fim.
Fortalecimento do Núcleo de Operações e entendimento com o Ministério Público Federal.
A partir de entendimentos havidos com o Ministério Público Federal, foi possível agilizar a instrução dos procedimentos de polícia judiciária mais antigos, restando relatados a maioria dos inquéritos anteriores a 2011. Em janeiro/2014, encontravam-se em andamento 698 inquéritos na SR/DPF/RO, conforme relatório mensal de produção. Desse total, uma porcentagem inferior a 5% era de procedimentos instaurados em 2010 ou em anos anteriores. A Corregedoria Regional da SR/DPF/RO empreendeu tratativas com o Ministério Público Federal, a fim de simplificar a instrução dos inquéritos de menor importância, para que a Polícia Federal pudesse atender prioritariamente os casos mais relevantes, de iniciativa do órgão, e relatar maior número de inquéritos. Em 2013, na SR/DPF/RO, foram instaurados e relatados mais inquéritos do que no ano anterior, embora a unidade tenha perdido três Delegados, o que corresponde a uma redução de mais de 1/4 do número de autoridades policiais que presidiam inquéritos no começo do ano.

Meta 12

Riscos identificados **Estratégias Adotadas** **Atividades** **Desenvolvidas**

Incrementar, em parceria com outros órgãos públicos, as operações de repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal.
Tendo em vista a sensibilidade dos trabalhos, foram desenvolvidas ações visando reduzir eventuais riscos, que pudessem prejudicar as operações.
Foram adotadas ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, com a identificação de bens e contas bancárias.
Ações em conjunto com a CGU e MPF para desarticular crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União.

Meta 13

Riscos identificados **Estratégias Adotadas** **Atividades** **Desenvolvidas**

Efetuar o mapeamento das terras públicas invadidas e dos respectivos invasores, objetivando deflagrar operações.
Tendo em vista a distâncias dos locais em que esses crimes são cometidos, as ações são desenvolvidas em conjunto com a FUNAI e Polícia Ambiental, de modo a reduzir os riscos.
Realização de reuniões estratégicas com IBAMA, FUNAI e INCRA para realizar diligências e fiscalizações nas áreas afetadas.
Foram desenvolvidas ações em conjunto com a FUNAI e Polícia Ambiental, visando reprimir crimes ambientais nas Terras Indígenas Karipunas, Laje e Ribeirão.

Meta 14

Riscos identificados **Estratégias Adotadas** **Atividades** **Desenvolvidas**

Realizar treinamento de tiro regularmente para os policiais da Superintendência e Descentralizadas.
Necessidade de ter instrutores de tiro capacitados, munição suficiente para realizar treinamento e motivar os policiais participarem do treinamento.
Manter ou capacitar policiais para ministrar o treinamento de armamento e tiro. Na SR/RO há dois agentes, DPF/JPN/RO um PPF e DPF/VLA/RO um agente, todos com curso de capacitação pela ANP, contudo na DPF/GMI/RO estar sem instrutor de tiro foi solicitada a vinda de instrutores de Porto Velho para efetivo da Delegacia.
Contando com a Superintendência e demais Delegacias foram realizados treinamento de 160 (cento e sessenta) policiais no ano.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Meta 16	Realizar fiscalizações ao longo de todo ano para aprovação/renovação do plano de segurança de agências bancárias
Meta 17	Intensificar a fiscalização nas empresas de segurança privada quando da renovação do certificado de segurança
Riscos identificados	Não foram identificados riscos, pois não se verificou descontinuação das atividades
Estratégias Adotadas	Continuidade do planejamento.
Atividades	Realizadas 251 vistorias ao longo do ano, tais como em instituições financeiras, veículos especiais (carro forte) e empresas de segurança privada.
Desenvolvidas	
Meta 18	Intensificar a fiscalização de segurança privada em casas noturnas de Porto Velho/RO
Riscos identificados	Ausência de efetivo necessário e à disposição exclusivamente da DELESP/SR/RO para ser possível a realização de atividades extras de fiscalização, ou seja, além das fiscalizações anuais e necessárias do setor.
Estratégias Adotadas	Fiscalizações pontuais à medida que surgiam denúncias de irregularidades
Atividades	Foram realizadas cinco (5) lavraturas de autos de encerramento de atividades de segurança privada não autorizadas
Desenvolvidas	
Meta 19	Intensificar a fiscalização das escolas de formação de vigilantes
Riscos identificados	Não foram identificados riscos, pois não se verificou descontinuação das atividades.
Estratégias Adotadas	Prejudicado
Atividades	Foram realizadas duas (2) fiscalizações ao longo do ano nas escolas de formação de vigilantes, principalmente no que se refere ao cumprimento da IN a respeito dos requisitos para o desempenho da função de psicólogo aplicador de testes nas ditas escolas de formação. Ocorre que somente duas (2) empresas podem exercer referida função
Desenvolvidas	
Meta 23	Qualificar adequadamente o policial que vai atuar na repressão criminal no âmbito da DELEFAZ.
Riscos identificados	Os crimes fazendários são extremamente danosos para a União e a Sociedade, em especial aqueles denominados de "colarinho Branco". O combate a esta tipologia de crime exige maior nível de conhecimento dos policiais, para que possam compreender a dinâmica do mesmo e, desta forma, identificar a melhor forma de reprimi-los.
Estratégias Adotadas	Utilizar o <i>Know How</i> da unidade central do DPF (DFAZ) repassando-o aos policiais recém-empossados nesta SR/RO.
Atividades	Em virtude do reduzido efetivo que culminou com uma nova realocação dos policiais de investigação, não foi possível a realização dos referidos treinamentos específicos.
Desenvolvidas	
Meta 24	Intensificar e aprimorar as ações de inteligência no combate ao tráfico de armas com deflagração de Operação Policial
Riscos identificados	A proximidade com a Bolívia e os trabalhos de investigação já realizados indicam que Rondônia tem sido uma das rotas do tráfico de armas.
Estratégias Adotadas	Ampliar o intercâmbio de informações entre as Delegacias Descentralizadas do estado, bem como com outras instituições policiais, de modo a identificar possíveis grupos criminosos envolvidos no tráfico de armas via estado de Rondônia.
Atividades	Foram estreitados os contatos com as demais Delegacias de Polícia Federal de Rondônia e com os grupos especializados da Polícia Militar e Polícia Civil. A ampliação do nível de conhecimento tem permitido uma melhor utilização dos recursos (ex.: Operação Sentinela), de modo a coibir/reduzir o tráfico de armas na região.
Desenvolvidas	
Meta 25	Intensificar as ações de investigação a furtos e roubos contra os correios no estado a fim de reduzir as ocorrências de crimes contra os correios.
Riscos identificados	A fragilidade da segurança orgânica e o volume de dinheiro que circula diariamente nos correios, tornam tal órgão vítima preferencial de grupos criminosos no estado.
Estratégias Adotadas	Elaborar análises acerca dos furtos e roubos ocorridos nos últimos meses, identificando localidades e períodos de maior ocorrência destes ilícitos. Cruzamento de dados acerca de digitais encontradas nos locais de crime. Analisar conjuntamente com o setor de segurança dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Atividades Desenvolvidas	Correios a possibilidade/indícios de participação/colaboração de funcionários das agências. Estudos estão sendo realizados acerca dos inúmeros eventos ocorridos e uma maior integração com o setor de segurança dos Correios tem sido promovida. Desta forma, tem se obtido uma maior compreensão acerca do tema.
Meta 27	Reduzir a quantidade de inquéritos eleitorais em curso na DELINST.
Riscos identificados	O elevado lapso temporal na investigação de crimes eleitorais é extremamente danoso.
Estratégias Adotadas	Priorizado o andamento dos inquéritos eleitorais, evitando assim o acúmulo de inquéritos sobre esta matéria e o transcurso do lapso temporal que pode prejudicar as investigações.
Atividades Desenvolvidas	Reduzido o numero de Inquéritos eleitorais a atuais 22 procedimentos.
Meta 28	Intensificar o combate aos crimes de pedofilia, notadamente os praticados por meio de difusão e o armazenamento de imagens em computadores com deflagração de ao menos uma operação de combate ao crime em comento.
Riscos identificados	O desenvolvimento da tecnologia sem o devido acompanhamento por parte dos órgãos de persecução criminal é um risco ao combate aos crimes de pedofilia praticados por meio de difusão e armazenamento de imagens via internet e aplicativos.
Estratégias Adotadas	Ocorreu uma aproximação maior entre a DELINST/SR/DPF/RO e o GECOP/DICOR visando trocar informações que pudessem auxiliar as investigações, principalmente sobre aquelas demandas (denúncias) encaminhadas por eles.
Atividades Desenvolvidas	Diligências preliminares, representações por mandado de busca e apreensão, cumprimento destes mandados e realização de perícia.
Meta 29	Reduzir os inquéritos policiais em trâmite na SR/RO
Riscos identificados	Aumento do número de IPL's em andamento; atraso na conclusão dos apuratórios, o que contribui para a prescrição de feitos e impunidade dos criminosos; redução de efetivo da unidade, em especial de Delegados dedicados à atividade-fim.
Estratégias Adotadas	Reduzir o tempo de realização de diligências saneadoras para instrução de IPL's; orientação aos Delegados para que simplificassem e agilizassem a instrução dos procedimentos mais simples, baseado em prévio entendimento com o Ministério Público Federal.
Atividades Desenvolvidas	Com as iniciativas adotadas, aumentou-se a produtividade da SR/DPF/RO, apesar de a unidade ter perdido três Delegados ao longo de 2013. Como resultado do trabalho desenvolvido durante o ano em análise, a SR/DPF/RO reduziu o número de inquéritos em andamento; aumento de cartórios itinerantes para reduzir o número de oitivas pendentes para a conclusão de inquéritos. De acordo com relatórios mensais de produção, havia 698 inquéritos em andamento em janeiro/2014, número inferior aos 737 existentes em janeiro/2013;
Meta 30	Preparar o maior número possível de policiais para atuar como analistas.
Riscos identificados	Sem o devido preparo pode ocorrer interpretações equivocadas de dados que podem ser relevante para investigação, além de gerar informações incompletas em relação a investigados. E ainda, nos dias atuais os criminosos se utilizam dos mais diversos meios para a realização de suas práticas ilícitas. Por isso, urge formar policiais para que utilizem todas as técnicas e métodos de investigação disponíveis.
Estratégias Adotadas	Inscriver os policiais do setor em cursos e disponibilizar viagens para missão em outras unidades da federação para adquirir conhecimento e manter relacionamento com outros policiais do serviço de inteligência. Participar de cursos ministrados pelo Estado de Rondônia com o objetivo de manter relações com policiais envolvidos no serviço de inteligência do Estado.
Atividades Desenvolvidas	Implementado treinamento dos novos policiais através de atividades de treinamento específico e intercambio com policiais mais antigos e em outras unidades do DPF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Meta 39 Operacionalização das ações da Operação Sentinela no âmbito desta Regional

Riscos identificados A extensa fronteira com a Bolívia, associada a atividades ilícitas de tráfico de drogas e armas, requer uma presença policial mais ostensiva nas principais rotas de escoamento do estado.

Estratégias Adotadas Otimizar as atividades da Operação Sentinela através do planejamento e organização dos recursos humanos disponíveis (PF e Força Nacional), em toda a área de fronteira de jurisdição da PF no estado.

Atividades Desenvolvidas A disponibilização de recursos humanos de outras unidades do DPF e da Força Nacional permitiu a realização de um maior número de atividades de inteligência e presença policial nas principais rotas de fluxo do estado.

Meta 40 Realizar operações sob a responsabilidade da Unidade de Análise da DPF/GMI/SR/RO

Riscos identificados As ações foram desenvolvidas utilizando principalmente interceptações telefônicas de modo a não afetar o grau de riscos dos impactos (Aceitar).

Estratégias Adotadas Realização de trabalhos de inteligência para identificação de ações de organizações criminosas

Atividades Desenvolvidas Foram deflagradas 02 Operações que desbarataram fraudes em licitações na Prefeitura de Guajará-Mirim e no INCRA.

Meta 41 Incrementar e intensificar operações destinadas à localização de estrangeiros em situação irregular em Guajará-Mirim (RO) e adjacências

Riscos identificados As ações foram desenvolvidas utilizando principalmente interceptações telefônicas de modo a não afetar o grau de riscos dos impactos (Aceitar).

Estratégias Adotadas Foram emitidas orientações para a empresa de ônibus e ao sindicato dos taxistas, quanto à questão do transporte de estrangeiros em situação irregular no país, visando reduzir a possibilidade de introdução de estrangeiros em situação irregular para o interior do país.

Atividades Desenvolvidas Foram realizadas diligências em empresas da região para verificar o emprego de mão de obra estrangeira em situação irregular.

Meta 42 Incrementar e intensificar operações destinadas à localização de estrangeiros em situação irregular em Guajará-Mirim (RO) e adjacências

Riscos identificados Necessidade de cooperação com consulado boliviano e efetivo policial para diligências de identificações dos foragidos.

Estratégias Adotadas Mantido bom relacionamento com a Polícia Boliviana, de modo a possibilitar a devolução de foragidos, reduzindo com isso os riscos.

Atividades Desenvolvidas Foram estreitados laços com a Polícia Boliviana, o que possibilitou a devolução de oito (8) criminosos foragidos na Bolívia.

v. Objetivo estratégico Reduzir a Criminalidade/Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária

Ação Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento da investigação e de procedimentos relacionados às atividades de polícia judiciária, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Meta 20 Concluir em 50% do total de procedimentos instaurados até 2010 ainda em trâmite.

Riscos identificados Redução de efetivo da unidade, em especial de Delegados dedicados à atividade-fim e; Tratando-se de IPLs mais antigos, alguns de jurisdição da Justiça Federal do AM desenvolveu-se ações visando agilizar a conclusão dos IPL's e com isso reduzir os riscos da prescrição dos crimes apurados.

Estratégias Adotadas Orientação às autoridades policiais para que priorizassem a instrução de inquéritos mais antigos.

Atividades Desenvolvidas A partir de entendimentos havidos com o Ministério Público Federal, foi possível agilizar a instrução dos procedimentos de polícia judiciária mais antigos, restando relatados a maioria dos inquéritos anteriores a 2011. Em janeiro/2014, encontravam-se em andamento 698 inquéritos na SR/DPF/RO, conforme relatório mensal de produção. Desse total, uma porcentagem inferior a 5% era de procedimentos instaurados em 2010 ou em anos anteriores. Na DPF/GMI/RO dos nove (9) IPLs pendentes, 06 foram relatados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

vi. Objetivo estratégico	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão do Conhecimento
Ação	Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
Meta 21	Treinamento/ capacitação de pelo menos dois (2) servidores - gerenciamento de bens apreendidos
Riscos identificados	Ausência de recursos para custeio do treinamento presencial, despesas com diárias e passagens; Afastamento legal; Efetivo reduzido podendo comprometer trabalhos em andamento.
Estratégias Adotadas	Verificou-se junto à Academia Nacional de Polícia a data prevista para a realização do treinamento.
Atividades Desenvolvidas	Prejudicado - Meta não atingida

vii. Objetivo estratégico	Reduzir a Criminalidade/Repressão a Organizações Criminosas
Ação	Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
Meta 15	Realizar atividades de fiscalização nas empresas de forma regular para maior efetividade na atividade de Controle de Produtos Químicos no Estado.
Riscos identificados	A rotatividade e a carência de servidores no setor inviabilizam a melhoria do funcionamento e prejudicam a manutenção dos serviços, eis que a capacitação e adaptação do servidor costumam demandar certo período de tempo e conhecimento específico.
Estratégias Adotadas	Foi realizado curso de capacitação de servidores policiais para realização de atividade de fiscalização de empresas, contando com a participação de servidores da capital e das delegacias do interior. Contudo seria recomendável a realização de mais cursos para capacitação dos servidores (pelo menos dois cursos por ano).
Atividades Desenvolvidas	Foi realizado curso visando a capacitação de policiais para efetuarem fiscalizações em empresas que utilizam e comercializam produtos químicos, tendo na oportunidade sido feitas fiscalizações em vários estabelecimentos.

Meta 26	Recrudescimento das ações de repressão a crimes de detrimento da Previdência Social com deflagração ao menos uma operação contra ORDCRIM ou pessoas que praticam crimes em prejuízo à Previdência Social.
Riscos identificados	A crescente necessidade de desenvolver atividades policiais não atinentes a investigações de crimes contra a Previdência Social dificulta sensivelmente o alcance da meta.
Estratégias Adotadas	Estreitar o relacionamento com unidades e órgãos da Previdência Social a fim de detectar e identificar celeremente ações criminosas de pessoas ou organizações.
Atividades Desenvolvidas	Investigações policiais instruídas com o auxílio de órgão vinculado à Previdência Social, reuniões com Gerentes de agências e integrantes da administração regional do INSS, visitas a unidades de atendimento ao público da Previdência Social.

Meta 31	Aperfeiçoar e aprofundar investigações de descoberta de bens pertencentes a criminosos ligados ao tráfico de drogas
Riscos identificados	O tráfico de entorpecentes é atividade ilícita de grande potencial lesivo à sociedade. A extensa fronteira com a Bolívia é ambiente altamente promissor para tal atividade. Necessário aprimorar as investigações no sentido de identificar as organizações criminosas em atuação, bem como seus bens.
Estratégias Adotadas	Trocar informações com as demais Delegacias Descentralizadas no estado de Rondônia, objetivando identificar possíveis grupos criminosos atuantes no tráfico de armas; intensificar ações para identificar pontos no estado de Rondônia de entradas de armamentos oriundos da Bolívia.
Atividades Desenvolvidas	Com a chegada de um novo grupo de policiais a esta delegacia, associado a treinamento específico, foi possível ampliar o monitoramento e repressão a esta modalidade criminosa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

viii. Objetivo estratégico	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão do Conhecimento
Ação estratégica	Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
Meta 38	Possibilitar o NO/DELEMAPH apto a ter em mãos e acessar quando necessário os dados solicitados, bem como ter pró-atividade nesse setor tendo em vista as informações disponíveis para ajudar na solução efetiva dos IPL's em curso.
Riscos identificados	Por ser de específica atuação e por necessitar de meios também específicos para a detecção e apuração dos crimes ambientais, o combate a este tipo de crime requer o conhecimento do território de atuação e os meios de controle à disposição.
Estratégias Adotadas	Identificado e estreitado relacionamento com as diversas instituições que detêm informações acerca de áreas devastadas no estado. Buscar acesso às bases de dados e dominar o manuseio destas ferramentas de modo a ampliar nossas linhas de investigação.
Atividades Desenvolvidas	Maior aproximação com o SIPAM e DNPM e conquistado maior nível de acesso às informações destes órgãos.

2.1.3 INSTITUCIONAIS

ix. Objetivo estratégico	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão do Conhecimento
Ação estratégica	Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
Meta 43	Inscrever os servidores lotados no NEOF (3), CPL (2), GESTÃO DE CONTRATOS (2), NUCLEO DE MATERIAL E PATRIMONIO (2), SELOG (1) e CONFORMIDADE DE GESTÃO (2) na X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, realizada pela ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF
Meta 45	Inscrições de servidores para atualização e aprimoramento relacionado a temas avançados da Administração Pública, cujas regras e normatizações sofreram alterações.
Riscos identificados	Contingenciamento; Insuficiência de recursos; Afastamento legal; Efetivo reduzido o que poderia comprometer os trabalhos.
Estratégias Adotadas	Formalização de processo administrativo pelo SELOG com envio ao T & D
Atividades Desenvolvidas	Capacitação de oito (8) servidores participaram da X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas e dois (2) servidores participaram do Curso sobre Contratação de Bens e Serviços de TI (Segunda a IN – 4 da SLTI/MP e a Jurisprudência do TC) - Brasília/DF.

x. Objetivo estratégico	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
Ação estratégica	Formatar a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos projetos, estudos e experimentos de interesse do órgão, bem como realizar ações que visem à promoção das ciências aplicadas como um todo, estimulando a contínua inovação e o comportamento proativo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
Meta 44	Curso de inglês e espanhol, mínimo de 30 vagas para a SR e 10 por Descentralizada.
Riscos identificados	Afastamento legal; Efetivo reduzido o que poderia comprometer os trabalhos.
Estratégias Adotadas	Formalização de processo administrativo pelo SELOG com envio ao T & D
Atividades Desenvolvidas	Participação de cursos de Espanhol e Inglês nos três (3) ciclos realizados pela SENASP via internet.

xi. Objetivo estratégico	Ampliar a Credibilidade Institucional/Difusão da Comunicação Interna e Externa
Ação estratégica	Desenvolver, sistematizar e implementar canais de relacionamento, no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo e treinamento e capacitação adequados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Meta 47 Promover a difusão e discussão sobre a atuação da Polícia Federal, visando uma maior aproximação com a sociedade e os demais órgãos públicos com realização de palestras e seminários, ao menos 02 (dois) no exercício.

Riscos identificados

Estratégias Adotadas

Participar de reuniões com outros órgãos, de modo a integrar a Polícia Federal com a comunidade local.

Atividades Desenvolvidas

Foram realizadas palestras e participação nos conselhos das RESEX da região.

xii. Objetivo estratégico
Ação estratégica

Ampliar a Credibilidade Institucional/Difusão da Comunicação Interna e Externa
Desenvolver, sistematizar e implementar canais de relacionamento, no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Meta 48

Hasteamento da Bandeira com convite a escola local e autoridades civis, militares, forças armadas, judiciário. Com realização de pelo menos 6 (seis) solenidades ao ano com presença de alunos de escola local. Destas solenidades, pelo menos em duas (2) o Superintendente Regional deslocar-se-á as Delegacias do interior para fomentar a participação do efetivo e autoridades locais.

Riscos identificados

Missões e/ou recrutamento que comprometesse a agenda do OD não previstas, as de caráter urgente.

Estratégias Adotadas

Integrar a Polícia Federal com a comunidade, através da participação das solenidades realizadas pelos órgãos públicos na região.

Atividades Desenvolvidas

Realização de 04(quatro) solenidades de hasteamento da bandeira nas datas previstas conforme normatização do órgão e no caso da DPF/GMI/RO, houve participação de autoridades e alunos de escola local em um evento de hasteamento.

xiii. Objetivo estratégico
Ação estratégica

Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão do Conhecimento
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

Meta

Capacitar cinco (5) servidores, sendo dois lotados na sede da Superintendência em Porto Velho e um por Descentralizada em curso referente a procedimentos e processos de ARQUIVOLOGIA

Riscos identificados

Contingenciamento; Insuficiência de recursos; Afastamento legal; Efetivo reduzido o que poderia comprometer os trabalhos

Estratégias Adotadas

Prejudicado face efetivo reduzido

Atividades Desenvolvidas

Prejudicado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

As informações pertinentes ao subitem 3.3 (REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 e respectivos quadros (A.3.3.2, A.3.3.3 e A.3.3.4), não se aplicam a natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

3.1 Estrutura de Governança

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia tem em sua estrutura organizacional a Corregedoria Regional da Polícia Federal – COR/SR/DPF/RO, setor responsável, dentre outras atribuições, pelo acompanhamento e correção de eventuais falhas, verificadas na formalização de processos em trâmite na Superintendência, inclusive a guarda de materiais/produtos apreendidos e a custódia de pessoas. Não obstante isso fica evidente a carência de um setor específico de controle interno, que preveja mecanismos de controle de forma ampla, para todos os setores/atividades desta Superintendência e nesse sentido a Direção Geral do DPF definiu no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas Superintendências Regionais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

As informações consolidadas nos quesitos abaixo visam demonstrar a percepção da própria unidade jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da Regional, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

QUADRO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: <p>A UJ ainda não possui Unidade de Controle Interno, cujas atribuições afetas a área são realizadas pela Assessoria de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, pela Controladoria-Geral da União, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.</p> <p>Há expectativa de criação de uma Unidade de Controle Interno em 2014 da UJ, subordinada ao Superintendente Regional e vinculada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno, a fim de assessorar o dirigente da Jurisdicionada nas atividades de análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e correlatos.</p>					
Escala de valores da Avaliação: <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

3.3 Sistema de Correição

O Sistema de correição da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia é realizado pela Corregedoria Regional composta também pelo Núcleo de Correições e Núcleo de Disciplina. A Portaria nº 2877/2011 do Ministério da Justiça, que aprova o Regimento Interno da Polícia Federal, dispõe sobre a natureza, competência e estrutura organizacional do DPF e, em seu anexo XXIII, apresenta na estrutura da Superintendência de Rondônia a sua Corregedoria Regional e respectivos núcleos.

Além dos trabalhos de correições, a Corregedoria Regional da SR/DPF/RO verifica constantemente as notícias-crimes pendentes de instauração, acompanha a produtividade das unidades e das autoridades policiais, mediante relatórios mensais, e busca ainda auxiliar no saneamento de máculas e na superação de obstáculos ao bom andamento da atividade de polícia judiciária.

Ao NUDIS compete receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores; instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais; elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares; executar prisão disciplinar; escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares; executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência.

Competem ao NUCOR as atribuições de executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correicionais das delegacias especializadas e descentralizadas; examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária; registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciários, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público; controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares, elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições; avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais; executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência.

Nas Delegacias Descentralizadas cabe ao chefe de cada unidade as atribuições típicas de correições.

Conforme o artigo 21 do Regimento Interno do DPF, o Corregedor Regional também compõe o Conselho Regional de Polícia, presidido pelo Superintendente Regional, que se trata de uma entidade consultiva destinada a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito de cada Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como demais membros: o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, o Chefe da Unidade de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial e até 3 (três) Chefes de Delegacias Descentralizadas.

De acordo com o item 179 da IN nº 11/2001-DG/DPF, “as correições se constituem em ação fiscalizadora das atividades de polícia judiciária, objetivando apontar e corrigir eventuais falhas e cumprimento das normas legais e regulamentares, impondo-se controle e avaliação permanente, primando pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços”. O dispositivo seguinte da referida norma enuncia as espécies de correições, a saber:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

- ordinária: realizada anualmente pelas Corregedorias Regionais, no segundo semestre, tendo como objetivo examinar os procedimentos em tramitação, no tocante à parte formal e de qualidade, os livros cartorários, os expedientes pendentes, o depósito, o destino das coisas apreendidas, o cartório e a custódia;
- parcial: realizada pelo setor correccional em todos os inquéritos, para verificar cumprimento de formalidades, antes da remessa à Justiça ou ao Ministério Público; e
- extraordinária: com os mesmos objetivos preconizados nos subitens precedentes, será determinada pelo Corregedor-Geral e, excepcionalmente pelo Superintendente Regional para ação fiscalizadora em apenas um ou mais procedimentos policiais, ou setores da unidade.

Na SR/DPF/RO, as correções parciais são constantes, realizadas sempre que os autos dos procedimentos de polícia judiciária são remetidos à Justiça ou ao Ministério Público. Durante o ano 2013, tal tarefa foi realizada por um Escrivão de Polícia Federal lotado no Núcleo de Correções. As irregularidades detectadas nas correções parciais são lançadas no SISCART (programa computacional de controle da atividade de polícia judiciária), a fim de que o Delegado e o Escrivão que atuam no procedimento examinado corrijam as impropriedades passíveis de saneamento.

Como de costume, o Núcleo de Correções realizou correções ordinárias no segundo semestre de 2013, sendo submetidas à fiscalização todas as unidades do Departamento de Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO, DPF/JPN/RO, DPF/GMI/RO e DPF/VLA/RO) e também as Bases Operacionais em Espigão do Oeste/RO e em Pimenta Bueno/RO. O resultado da tarefa consta no extenso e detalhado Relatório de Correções Ordinárias – 2013 a disposição dos órgãos de controle mediante solicitação formal para disponibilização das mesmas.

Correção extraordinária é, por natureza, procedimento incomum, geralmente acionado em caso de falha das demais instâncias correccionais ou em caso de suspeita de graves máculas. Não houve correção extraordinária em 2013 nas unidades da Polícia Federal em Rondônia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Considerando a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a Corregedoria Regional informa que está em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1043/2007, sendo responsável localmente, pelo registro tempestivo das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados.

A Corregedoria Regional da SR/DPF/RO, por seu Núcleo de Disciplina, zela pela observância dos preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. E ainda, os feitos de natureza disciplinar também são registrados no SAD, sistema de controle no âmbito do DPF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – da Superintendência de Polícia Federal Rondônia considerado do período de janeiro até dezembro do ano de 2013, devidamente publicado no Boletim de Serviço nº 034, de 18/02/2014, é o índice (indicador) oficial de produtividade da Polícia Federal, conforme previsto no artigo 13, inciso I e artigo 28, inciso II do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 2.877 de 30.12.2011 do Excelentíssimo Ministro da Justiça.

3.5.1 – Valor do IPO para a UJ

Unidade	IPO
RO	2,448

O valor do IPO é levantado com os dados por grupo temático/variável que são as atividades operacionais, características geográficas e atividades não operacionais, conforme o quadro abaixo:

Grupo temático/Variável

Atividades operacionais

Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Perícias realizadas

Características Geográficas

Área da unidade da federação
Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Atividades Não Operacionais

Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vitorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vitorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

3.5.2 - Dados operacionais

IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Perícias realizadas
1.189	4	73	58	229	1.031	4,57	947,2	1.137

Fonte: SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF – situação em 31/12/2013

1. Os dados de operações especiais de Polícia Judiciária.
2. Os dados de apreensão de maconha e cocaína, aferidos pela CGPRE/DICOR.
3. Os dados sobre IPL relatados e inquéritos motivados por flagrantes foram consultados nos SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF no dia 07/08/2013.
4. Os dados sobre INDICIADOS foram fornecidos pela CGTI, em 06/01/2014.
5. Os valores apreendidos e prejuízos evitados à União não foram considerados nesse índice.
6. Os dados sobre Perícias foram fornecidos pela DITEC, em 04/02/2014.

3.5.3 - Dados geográficos

Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
237.591	52	35	15	1.454	13.076	62.526

Fonte: SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF – situação em 31/12/2013

1. Os dados geométricos são os utilizados no IPO de 2012.

3.5.4 – Atividades Administrativas

SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Estrangeiros	Nº de agências bancárias	Nº de empresas de vigilância	Nº de empresas de produtos químicos
4.905	10.461	672.070	4.656	122	28	81

Fonte: SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF – situação em 31/12/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

1. Os dados inseridos no SINIC, fornecido pelo INC.
2. Os dados de passaporte fornecido pelo SINPA.
3. Os dados de movimento de aeroporto obtidos no site da Infraero, dados atualizados até 30/06/2013.
4. Os dados de número de agência, empresas de vigilância e de produtos químicos são os utilizados no IPO de 2012.
5. Os dados de números de estrangeiros.
6. Os dados de embarcações de capotagem e de longo curso não foram considerados nesse índice.

3.5.5 Índice IPO por ano - 2011, 2012 e 2013

ANOS	3.6.2 Atividades Operacionais	3.6.3 Fatores Geográficos	3.6.4 Atividades Administrativas	IPO - TOTAL
2013	2,136	0,171	0,141	2,448
2012	2,142	0,171	0,156	2,469
2011	2,083	0,173	0,208	2,464

O índice do IPO de 2013 da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia, quadro sintético:

Itens	3.6.2 Atividades Operacionais	3.6.3 Fatores Geográficos	3.6.4 Atividades Administrativas	IPO - TOTAL
Valor	2,136	0,171	0,141	2,448



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os quadros A.4.1.1, A.4.1.2.2, A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3, A.4.1.3.4 dos subitens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 do item 4, respectivamente, todos do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013, referem-se à execução de despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação, o que não é o caso da UJ. Em princípio, as informações pertinentes deverão ser informadas no Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

Os itens 4.2 (RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS), 4.4 (TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS) e 4.6 (RENÚNCIA SOB A GESTÃO DA UJ) do item 4, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 apesar de se aplicarem a natureza da UJ não ocorreram em 2013 assim como as informações do item 4.7 (GESTÃO DE PRECATÓRIOS), seus subitens e respectivos quadros (A.4.7.1, A.4.7.2).

Considerando que a UJ não realiza despesas por meio de suprimentos de fundos utilizando Conta “Tipo B” não serão prestadas as informações que se relacionam a essa conta, parte dos itens 4.5.1 e 4.5.4, totalidade do item 4.5.2, e quadros pertinentes (A.4.5.1 – excluídos dados da conta tipo ‘B’, A.4.5.2 e A.4.5.4), todos do item 4, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013.

E ainda, sobre o tema Suprimento de fundos informamos tão somente sobre Suprimento do tipo pequeno vulto constante do item 4.5.3 e pertinente Quadros (A.4.5.3) em atenção à Mensagem Oficial Circular de nº 02/2013, de 22/01/2013, uma vez que essas informações são classificadas como SIGILOSAS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O Quadro a seguir compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão). Relativo aos créditos concedidos, tais informações são de competência do órgão central, portanto, deverão constar do Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.

QUADRO III – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas				
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes
	Concedente	Recebedora		Outras Despesas Correntes
Recebidos	30108	200378	06122211220000001	7.465.752,55
			06181207027260001	2.217.164,24
			06183207014WH0101	419.014,67
			0618320707U230001	338.870,32
			06306211220120001	305,18
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
	Concedente	Recebedora		Investimentos
Recebidos	30108	300378	06122211220000001	127.202,35
			06181207020IC0001	1.697.902,60
			06181207020UE0001	183.130,00
			06181207025860001	114.202,00
			06181207027260001	499.361,00

Fonte: SIAFI Gerencial; valores em R\$ 1,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.1.2 Realização da Despesa

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação contempla os quadros abaixo que se referem à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e/ou externa.

4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO IV – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	5.471.242,70	4.923.992,32	5.418.367,10	4.636.504,86
a) Tomada de Preços	37.654,75	0,00	37.654,75	0,00
b) Pregão	5.433.587,95	4.923.992,32	5.380.712,35	4.636.504,86
2. Contratações Diretas (c+d)	747.796,96	779.918,84	678.952,94	755.826,30
c) Dispensa	608.218,08	651.872,86	551.838,47	627.780,32
d) Inexigibilidade	139.278,88	128.045,98	127.114,47	128.045,98
3. Regime de Execução Especial	452.464,26	586.243,08	452.464,26	586.243,08
e) Suprimento de Fundos	452.464,26	586.243,08	452.464,26	586.243,08
4. Pagamento de Pessoal	2.546.946,75	2.413.150,79	2.546.946,75	2.413.150,79
f) Diárias	2.546.946,75	2.413.150,79	2.546.946,75	2.413.150,79
5. Outros	3.061.269,55	499.608,50	3.060.436,09	499.608,50
6. Total (1+2+3+4+5)	12.279.420,22	9.202.913,53	12.157.167,14	8.891.333,53

Fonte: SIAFI Gerencial; valores em R\$ 1,00

OBS.1: As despesas referentes a pagamento de pessoal (em folha) constarão no Relatório de Gestão do DPF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO V – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
08– Outros Benefícios Assistenciais	4.755,53		4.755,53				4.755,53	
3. Outras Despesas Correntes	10.432.819,67	316.651,33	6.753.809,97	316.651,33	829.440,15		8.549.802,56	3.128,73
14 – Diárias – Pessoal Civil	2.546.946,75	310.103,94	2.546.946,75	310.103,94			2.546.946,75	310.103,94
30 – Material de Consumo	1.444.879,01	3.280,63	1.142.256,15	3.280,63			1.142.255,63	3.280,63
33 – Passagens e Despesas com Locação	681.557,02		628.701,08		52.855,94		628.701,08	
36 – Outros Serviços de Terceiros –P. Física	348.397,43	1.000,00	330.410,79	1.000,00	17.986,64		330.410,79	1.000,00
37 – Locação de Mão-de-Obra	2.897.794,27		2.603.562,69		294.231,64		2.603.562,69	
39 – Outros Serviços de Terceiro – P. Jurídica	2.075.884,26	1.328,73	1.651.072,22	1.328,73	424.812,04		1.529.653,12	1.328,73
47 – Obrigações Trib. e Contributivas	31.135,07		30.347,18		787,89		29.513,72	
92 – Despesas de exercícios anteriores	18.659,09		18.659,09				18.659,09	
93 – Indenizações e restituições	350.021,63		319.950,65		30.070,98		319.950,65	
39 – Outros serv. Terceiros –P. Jurídica	19.672,24	800,00	10.977,22	800,00	8.695,02		10.977,22	800,00
47– Obrigações Trib. Contributivas	9.274,74		9.274,74				9.274,74	
92 – Despesas de exercícios anteriores	8.598,16		8.598,16				8.598,16	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
51 – Obras e Instalações	183.130,00		37.654,75		145.475,25		37.654,75	
52–Equip.e Material Permanentes	2.438.667,95		389.306,47		2.049.361,48		389.306,47	

Fonte: SIAFI Gerencial; valores em R\$ 1,00



4.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

As despesas realizadas pela unidade respeitaram os limites e os valores globais das dotações orçamentárias fixadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria de Administração e Logística Policial, órgão central do Departamento de Polícia Federal que atua junto ao Ministério da Justiça no estabelecimento desses limites, que foram aprovados com a publicação da Portaria nº 3169/2012-DG/DPF, de 14 de novembro de 2012, no Boletim de Serviço nº 221, de 16 de novembro de 2012, assim como observando as diretrizes afetas à Responsabilidade Fiscal, da Transparência e da Publicidade nos atos de gestão orçamentária e financeira na Polícia Federal brasileira e das metas de Governo.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Ao analisar as despesas realizadas via contratação direta pela SR/RO no exercício de 2013, percebe-se que todos foram realizados dentro das hipóteses previstas na legislação vigente. Abaixo segue relação dos maiores dispêndios encontrados:

- Gastos com energia elétrica de acordo com o inciso XXII do art. 24 da Lei 8666/93 (cerca de 74%);
- Gastos com locação de imóvel (cerca de 4%) da Base Central Operação Roosevelt, de acordo com o inciso X do art. 24 da Lei 8666/93;
- Gastos com valores até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao ano com despesas de materiais ou serviços amparados no inciso II do art. 24 da Lei 8666/93. Os que se relacionaram a compra de produtos foram conduzidos mediante cotação eletrônica, excetuados os que por necessidade e condições de entrega restringiu as empresas da região (ex. cascalho).
- As despesas mediante inexigibilidade de licitação realizadas pela SR/RO no exercício de 2013 se referem basicamente a gastos com serviços de água e esgoto (cerca de 11%), de comunicação em geral e aquisição de equipamentos sensíveis, com amparo no “caput” do art. 25 da Lei 8666/93, onde inviável a competição.

Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Entre os negativos destacam-se - O contingenciamento de recursos, a intempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da UJ, sem que tais eventos comprometessem o cumprimento dos principais objetivos propostos para o exercício. Todavia, a situação demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar no combate à criminalidade, atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará (2014 e 2015), os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos e ainda que o município da UJ não sediará qualquer desses eventos, é sabido que seu efetivo e recursos logísticos, tais como veículos, materiais, equipamentos sensíveis, serão alocados para o cumprimento das metas instituídas a Polícia Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Dos eventos positivos podemos citar: o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/RO desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica. Seguindo os mesmos princípios de economicidade, o Setor de Logística Administrativa Policial objetivando a adoção de controles mais eficazes na realização das despesas com manutenção preventiva e corretiva da frota da UJ, sendo instituída comissão para análise prévia e manifestação, observando-se a segregação de funções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Os dados referentes à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados no decorrer do exercício de referência do Relatório de Gestão seguem consolidados no quadro abaixo.

QUADRO VI – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.174.922,82	808.946,90	337.154,12	28.821,80
2011	1.600.359,16	1.328.550,11	271.807,85	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	311.580,00	309.877,20	617,96	1.084,84
2011	50.482,87	0,00	50.482,87	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial; valores em R\$ 1,00

4.2.1 Análise Crítica

A inscrição em restos a pagar, além de ser determinada por contratos continuados se dá também em função dos recorrentes contingenciamentos de recursos sofridos ao longo dos exercícios financeiros, com liberação dos créditos somente nos últimos meses do exercício, prejudicando as fases de empenho, liquidação e pagamento das aquisições.

O pagamento e/ou cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores foram acompanhadas no decorrer do exercício de referência do Relatório de Gestão pela Setorial de Contabilidade da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, bem como pelas Coordenações de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo estas responsáveis pelo acompanhamento da conformidade contábil do órgão.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados e os processados da SR/DPF/RO, anos de 2012 e 2011 sofreram acréscimo embora o objetivo para os períodos era inscrever tão somente os valores referentes aos contratos continuados que por sua natureza não poderiam ser pagos antes do encerramento de cada exercício financeiro. Já os cancelamentos efetuados decorreram da inscrição de despesas que não apresentavam valores fixos, com variação mensal em decorrência do uso, como água, energia, telefone e correlatos.

Em que pese todo esforço por parte do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira no sentido de zerar os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, sem êxito o alcance dessa meta, em razão de fatores alheios às determinações do ordenador de despesas, mais diretamente ligados a exigências formais da conformidade contábil do SIAFI, advindas da Setorial de Contabilidade responsável por esta Jurisdicionada, as quais são encaminhadas a esta Unidade fixando prazos exíguos para o devido cumprimento, sob pena do surgimento de contratemplos maiores no futuro, com as sanções cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.3 Suprimento de Fundos

As despesas realizadas por meio de suprimento de fundos seguem descritas por meio de três (3) demonstrativos, onde o primeiro evidencia o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos efetuadas por meio do **Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF**; o segundo detalha as despesas realizadas com a utilização do cartão de pagamento (CPGF); e por fim, o terceiro demonstra a evolução das prestações de contas referentes a suprimento de fundos ao longo do tempo.

4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

O **Quadro** abaixo corresponde ao primeiro demonstrativo citado e contempla a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização do cartão de crédito corporativo.

**QUADRO VII – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
(SÉRIE HISTÓRICA)**

Exercícios	Suprimento de Fundos				Total (R\$) (a+b)
	CPGF				
	Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2013	453	320.946,87	290	131.517,39	452.464,26
2012	572	386.143,74	65	199.099,34	585.243,08
2011	527	421.148,34	66	173.759,65	594.907,99

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/RO; valores em R\$ 1,00

4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO VIII - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	200378	Limite de Utilização da UG	R\$ 30.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
NOÉ MARINHO FALCÃO FILHO	015.435.472-49	8.000,00	4.139,70	9.401,87	13.541,57
HILTON CAMPOS DE FRANÇA FILHO	139.379.362-20	8.000,00	1.809,74	6.189,52	7.999,26
ROSILENE DE SOUSA MEDEIROS FERREIRA	658.879.056-20	8.000,00	833,00	3.210,11	4.043,11
Total Utilizado pela UG			6.782,44	18.801,50	25.583,94

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/RO; valores em R\$ 1,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

As informações consolidadas no quadro que segue contemplam a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos despendidos via suprimento de fundos, abrangendo as prestações de contas referentes às aplicações realizadas pelos diversos Portadores de CPGF, do exercício de referência do Relatório de Gestão e dos dois exercícios imediatamente anteriores, conforme exige a legislação em vigor.

QUADRO IX - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CPGF)

Suprimento de Fundos						
Situação	CPGF					
	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC Aprovadas	32	452.464,26	34	586.243,08	32	594.907,99

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/RO; valores em R\$ 1,00

4.3.4 Análise Crítica

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia executou despesas por meio de suprimento de fundos utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, como medida excepcional, observadas as disposições constantes na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos Decretos nºs 5.355/2005, 6.370/2008 e 93.872/1986 (art. 47) alterado pelo Decreto nº 7.372, de 26 de novembro de 2010, Portaria MF nº 95, de 19 de abril de 2002, Portaria MP nº 41, de 4 de março de 2005, Portaria nº 933-MJ, de 16 de maio de 2011, Instrução Normativa nº 49/2011-Direção Geral do DPF, de 21 de dezembro de 2011, bem como a legislação adicional referente a esse tema.

O suprimento de fundos no âmbito da UJ geralmente é concedido a servidor que detenha conhecimento da legislação que rege as aquisições de materiais e as contratações de serviços, assim como das atividades peculiares do órgão que por sua natureza ou urgência não possam subordinar-se ao processo normal de execução.

O Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira atua efetivamente de modo a assegurar que a aplicação de tais recursos esteja em conformidade com a legislação vigente.

Em 2013, na UJ houve redução de cerca de 22,69% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao exercício anterior e de 23,94% se comparado a 2011.

Todos os trinta e dois (32) suprimentos de fundos concedidos no âmbito da SR/DPF/RO tiveram as prestações de contas aprovadas em 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

As informações constantes dos quadros A.5.1.1 e A.5.1.2.2 do item 5, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013, não constam deste Relatório de Gestão, em virtude de serem resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242.

Deixa-se de prestar as informações do item 5.1.5 (Cadastramento no SISAC), seus subitens e respectivos quadros (A.5.1.5.1, A.5.1.5.2 e A.5.1.5.3), do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013, vez que o envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

As informações do item 5.1.5.4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 e respectivo quadro, apesar de se aplicarem a natureza da UJ não houve ocorrência no exercício.

Considerando que a UJ não possui indicadores gerenciais para recursos humanos, não serão prestadas as informações do subitem 5.1.7 conforme orienta o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013. Referidos indicadores deverão constar do Relatório pelo Departamento de Polícia Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

A demonstração da força de trabalho da unidade é objeto do Quadro abaixo, que demonstra as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

As situações que reduzem a força de trabalho da UJ são as caracterizadas pela ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais. Mais uma vez, cabe ressaltar que a fundamentação legal utilizada foi a Lei 8.112/90. Para cada tipologia de afastamento, a UJ informa a quantidade de pessoas do seu quadro que se encontravam naquela situação em 31 de dezembro do exercício de referência.

QUADRO X – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
2. Removidos (2.1+2.2+2.3+2.4)	75
2.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
2.2. A Pedido, a Critério da Administração	65
2.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	4
2.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2)	79

Fonte: SRH/SR/DPF/RO - situação apurada em 31/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

A qualificação da força de trabalho da unidade é informada por intermédio dos quadros a seguir, os quais tem por objetivo demonstrar a estrutura de cargos e de funções, a qualificação do pessoal por idade e por escolaridade.

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

O Quadro abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

QUADRO XI – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	04	04	03	01
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	04	03	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	03	01
2. Funções Gratificadas	23	22		01
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	23	22		01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	27	26	03	02

Fonte: SIAPE - situação apurada em 31/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

A seguir, em forma de percentual resumimos o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ em 31 de dezembro de 2013.

QUADRO XII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade					
	1	2	3	4	5	6
1. Provimento de Cargo Efetivo	0,69%	2,08%	2,43%	10,07%	76,73%	0,34%
1.2. Servidores de Carreira	0,69%	2,08%	2,43%	10,07%	76,73%	0,34%
2. Provimento de Cargo em Comissão				1,73%	7,64%	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1,39%	
2.3. Funções Gratificadas				1,73%	6,25%	
3. Totais (1+2)	0,69%	2,08%	2,43%	12,59%	11,80%	0,34%

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Alfabetizado sem cursos regulares; 2 - Primeiro grau incompleto; 3 - Primeiro grau; 4 - Segundo grau ou técnico; 5 - Superior; 6 – Mestrado;

Fonte: Situação apurada em 31/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ deverá ser demonstrada por meio do quadro a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

QUADRO XIII - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.536.557	33.378	15.251.832	3.028.735	3.567.909	2.209.988	-	136.932	753	28.766.084
	2012	5.245.513	20.315	14.627.682	3.044.913	2.947.103	2.125.048	-	30.754	218.659	28.259.987
	2011	4.964.011	53.085	14.853.572	3.089.507	3.054.540	2.012.350	-	-	5.550	28.032.615
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013		197.648								197.648
	2012		209.910								209.910
	2011		175.551								175.551
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013		103.614								103.614
	2012		102.562								102.562
	2011		108.475								108.475

Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de Pagamento em Brasília/DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas segue considerando dois quadros a seguir: o primeiro compreende a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão. Referem-se a dados apenas do exercício de 2013, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

O **Quadro** abaixo corresponde ao primeiro demonstrativo onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em regimes de aposentadoria cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO XIV - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	05	05
1.1 Voluntária	03	03
1.2 Invalidez Permanente	02	02
2. Proporcional	01	01
2.1 Invalidez Permanente	01	01
3. Totais (1+2)	06	06

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RO – situação em 31/12.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O Quadro que segue corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, na linha está discriminado o regime de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, os quantitativos dos beneficiários de acordo com o regime identificado.

QUADRO XV - INSTITUIDORES DE PENSÃO

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Em Atividade	01	01
2. Total (1)	01	01

Fonte: SIAPE - situação apurada em 31/12/2013.



5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia controle interno para verificar acerca da acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, porém é sabido que não houve ocorrência desse tipo em 2013.

5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando do ingresso de novo servidor, este firma termo de não acumulação de cargos, empregos e funções. Dentre os órgãos que utilizam o SIAPE não é possível a acumulação ilegal, haja vista que o próprio sistema apresenta crítica.

5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos. A criação desses índices é de competência do órgão central da Instituição.

Visando prestar informações acerca da atual Gestão de pessoas no âmbito da UJ depreende-se:

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas.

Nesta Unidade Jurisdicionada, não foram identificadas ocorrências de doença ocupacional em 2013, com ocorrência de abertura de dois processos Especiais de Acidente em Serviço concluídos no mesmo ano.

- **Satisfação e Motivação**

Manutenção da Prática Desportiva obrigatória, conforme disposto na IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- **Rotatividade (turnover)**

No exercício de 2013, tivemos o ingresso de 75 (setenta e cinco) servidores Policiais nomeados por concurso público, 74 (setenta e quatro) servidores desligados por remoção, 07 servidores ingressaram também por remoção, 01 exoneração, 01 falecimento, 06 aposentadorias.

- **Aposentadoria versus reposição do quadro.**

Até a presente data não houve nenhum tipo de reposição de servidores para suprir as vagas das aposentadorias, principalmente na área meio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada constam dos dois quadros a seguir.

As informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão não se aplicam ao DPF, assim, o item 5.2.1 e respectivo quadro A 5.2.1, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013, não constam no presente relatório. Portanto, conclui-se que nesta SR/RO não existem terceirizados irregulares em atividade na unidade e que os contratos de terceirização de mão de obra vigentes em de acordo com o Decreto nº 2.271/1997, conforme entendimento emanado pelo TCU no Acórdão 2081/2012.

Em relação ao item 5.2.2 e seu quadro, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do DPF, será consolidado no Relatório de Gestão do órgão central.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

A seguir os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013, inclusive os já encerrados, assim como os novos contratos celebrados em 2013.

QUADRO XVI - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 200378/1							CNPJ: 00.394494/0038-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	011/2009	07.436.461/0001-50	01/01/2010	31/12/2014	35	33					P
2009	V	O	009/2009	02.576.238/0004-38	01/01/2010	31/12/2014			16	12			P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Área de gerenciamento de CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

A seguir os contratos de prestação de serviços em vigência no exercício de 2013 exceto os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância.

QUADRO XVII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante															
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA															
UG/Gestão: 200378/1						CNPJ: 00.394494/0038-28									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	8	O	001/2010	04.844.192/0001-73	07/01/2010	31/12/2014	3	3							P
2010	9	O	001/2010	04.844.192/0001-73	07/01/2010	31/12/2014				17	11				P
2011	5	O	007/2011	34.724.773/0001-32	14/03/2011	13/03/2013				20	18				E
2011	4	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2014	1	1							P
2011	7	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2014				1	1				E
2011	12	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/03/2011	21/03/2012				1	1				P
2013	5	O	005/2013	34.724.773/0001-32	01/08/2013	31/07/2014				20	18				A

Observações: 1. O contrato indicado como área 12 refere-se à locação de mão-de-obra de mensageria;
2. Na área de Informática em 2013 estava vigente o contrato de Gerenciamento de incidentes, com suporte técnico remoto e presencial (Service Desk) a usuários nos termos da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, não se tratando, portanto de locação de mão-de-obra, por isso não constou das informações supra.

LEGENDA
Área: 12. Outras
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de gerenciamento de CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2

De maneira geral, os contratos firmados entre a SR/DPF/RO e seus prestadores de serviços foram executados de forma satisfatória, incorrendo em poucas falhas ou inexecuções parciais. Quando da identificação de falhas pelos fiscais, de pronto, a gestão/fiscalização de contratos atuou para saná-las, notificando as empresas para regularização e instaurações de processos administrativos punitivos. Desta feita, as irregularidades foram solucionadas e os trabalhos decorreram de forma satisfatória.

Ocorre que fato singular adveio com a não prorrogação do contrato nº 007/2011, prestação de serviços de recepção, ocasionando a interrupção destes. Por determinação do Superintendente Regional, com a finalidade de realinhar o andamento da prestação de serviço foi iniciado novo processo licitatório e, conseqüentemente, contratação dos serviços com a formalização do contrato nº 005/2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

O Quadro abaixo visa demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e contempla os quantitativos trimestrais, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO XVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	
1. Nível superior	07	08	01	279.244,00
1.1 Área Fim	06	07	01	
1.2 Área Meio	01	01		
2. Nível Médio	15	17	10	85.208,00
2.1 Área Fim	12	09	08	
2.2 Área Meio	03	06	02	
3. Total (1+2)	22	25	11	364.452,00

Fonte: SIAPE e Planilha de Controle do SRH/SR/DPF/RO- situação apurada em 31/12; Valores em R\$ 1,00.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

As informações solicitadas nas alíneas "c" e "g" do subitem 6.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013 não serão objeto do presente, pois estão resguardadas por sigilo, conforme dispõe o Termo de Classificação de Informação do DPF (Código de Indexação 01/2012-DLOG/DPF) e Instrução Normativa nº 69/2013 DG/DPF, de 14/12/2012. Contudo tais informações estão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação formal para disponibilização das mesmas.

Não ocorreu no exercício de 2013 utilização de veículo automotor a serviço da UJ, contratado de terceiro, por não se tratar de opção viável as atividades da Polícia Federal uma vez que o envolvimento de terceiros na administração da frota prejudicaria essencialmente o correto e pleno desenvolvimento das atribuições constitucionais do Órgão, principalmente no tocante às atividades sigilosas e veladas. E ainda, a locação de veículos incluiria gastos adicionais, tais como a necessidade de seguro contra acidentes em razão da utilização dos veículos locados em atividades operacionais, o que oneraria a Administração.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Os normativos que regulamentam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na Unidade Jurisdicionada se norteiam pelos preceitos da Instrução Normativa nº 183 de 08 de setembro de 1986, que trata da uniformização de procedimentos quando da ocorrência de acidente de trânsito, envolvendo veículos terrestres automotores oficiais dos Órgãos Integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, cominado com o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008, Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 MPOG, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências e Instrução Normativa nº 03/2009 – DG/DPF, de 5 de março de 2009 que, dentre outras providências, disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF alterada pela Instrução Normativa nº 34/2010-DG/DPF, de 2 de julho de 2010.

A frota de veículos tem papel de grande importância nas atividades desta Regional. Na atividade-fim, tanto de polícia judiciária quanto de polícia preventiva, as viaturas possibilitam os deslocamentos necessários ao cumprimento de diversas de suas atividades, tais como, o cumprimento, em todo o Estado (áreas urbanas e rurais), de intimações, investigações, operações policiais e o deslocamento de pessoal e equipamentos com utilização de sua frota veicular.

Assim, depreende-se que o desenvolvimento das atividades em todas as áreas de atuação da Polícia Federal em Rondônia depende extremamente da utilização dos veículos que compõem a sua frota. Especialmente, se considerados a vastidão da área territorial a ser coberta, o elevado percentual de rotas não pavimentadas nas áreas rurais de todo o Estado, as condições precárias das rotas “pavimentadas” nas áreas urbanas e ao longo das rodovias federais e estaduais e antes as condições climáticas da região norte, ora a temperatura está extremamente elevada, ora a ocorrência de chuvas por pelo menos 6 meses no ano.

Convém esclarecer que a existência de uma frota de veículos diversificada é essencial para um perfeito desenvolvimento das atribuições da Polícia Federal no exercício da segurança pública,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sobretudo nas atividades de polícia judiciária.

Ao contrário da polícia de rua, essencialmente ostensiva, e que a população está acostumada a observar em seu cotidiano, o trabalho da Polícia Federal, em geral, é desenvolvido de forma velada e a frota diversificada de veículos permite a execução das atribuições legais de uma maneira mais eficiente.

De acordo com o normativo interno do DPF, todos os veículos oficiais da Polícia Federal são classificados como veículos de serviços especiais em razão das atividades de segurança pública para as quais são destinados, dividindo-se em ostensivos e reservados.

De forma a facilitar a visualização das informações técnicas atinentes a frota de veículos, consolidou-se os dados conforme tópicos a saber.

i. A média de quilômetros rodados em 2013, por grupo de veículos tem por base o consumo de combustível realizado e o quantitativo de veículos:

ANO	QUILOMETROS RODADOS (KM)			
	TOTAL FROTA	MÉDIA MENSAL FROTA	MÉDIA ANUAL POR VTR	MÉDIA MENSAL POR VTR
2013	2.085.277	173.773	10.532	878

Fonte: NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO – Sistema de Gestão de Frota VALECARD

ii. A idade média da frota classificados os veículos em próprio, leve e/ou grande porte e os apreendidos com autorização de uso segue detalhada.

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA DA FROTA (ANOS)
Ostensivos – leves	7	2,0
Reservados/descharacterizados – leves	46	5,0
Ostensivos – grande porte	21	4,8
Reservados/descharacterizados – grande porte	46	3,4
Viaturas apreendidas com autorização judicial de uso	78	6,4
Total	198	4,32

Fonte: NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO – Planilha de controle interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

iii. Os custos associados à manutenção da frota relacionam-se as despesas com combustíveis, revisões periódicas, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguro obrigatório, licenciamento anual, pessoal responsável pela administração da frota, servidores administrativos (sete) do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.

CUSTOS ASSOCIADOS

	Tipo	Quantidade (Its)	Valor (R\$)
1. Combustível			
	Diesel aditivado	3.956,85	9.061,20
	Diesel comum	140.850,53	270.793,44
	Etanol aditivado	647,78	864,40
	Etanol comum	135,25	163,00
	Gasolina aditivada	196,66	405,40
	Gasolina comum	114.872,51	231.472,20
	Subtotal	260.659,58	512.759,64
<i>Fonte: Relatório de Produtos e Serviços - Sintético - Cesta Gestão de Frota/ValeCard</i>			
2. Manutenção	Peças		304.859,07
	Mão de obra		119.005,51
	Subtotal		423.864,58
<i>Fonte: Relatório de Produtos e Serviços - Sintético - Cesta Gestão de Frota/TicketCar</i>			
3. Pessoal	Servidores administrativos		398.717,58
	Subtotal		398.717,58
<i>Fonte: Relatório demonstrativo de rendimentos 2013</i>			
4. Documentação	Seguro Obrigatório (DPVAT)		16.386,13
	Licenciamento Anual e outros		21121,69
	Subtotal		37.507,82
<i>Fonte: SIAFI</i>			
TOTAL (1+2+3+4)			1.372.849,62

Depreende-se pelo índice de gastos por viatura, total de R\$ 4.919,85 exceto o subtotal do item 3 -Pessoal.

iv. A substituição dos veículos da frota é decidido pelo órgão central, a cargo da DLOG/DG/DPF.

v. A estrutura de controle que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, relevante informar que está em fase de homologação a implementação do



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

módulo de transporte do sistema E-log, que será utilizado nacionalmente por toda a Polícia Federal para o controle do serviço de transporte. Atualmente, a estrutura de controle na UJ é realizada por meio do SIGEPOL, sistema interno que consolida todas as despesas com manutenção da frota, além é claro dos recursos disponíveis pelos Sistemas de Gerenciamento contratados, de manutenção prestado pela empresa TicketCar e de abastecimento pela Valecard.

Sobre o controle de abastecimento das viaturas tem-se que é feito por intermédio do sistema gerenciamento da empresa contratada Valecard. Nesse sistema, para abastecimento de qualquer viatura, é necessário que o servidor apresente o cartão pertinente, vinculado a determinado bem, digite além do hodômetro atual, senha pessoal que identifica o condutor responsável. Vale ressaltar que o abastecimento só pode ser realizado em postos de combustíveis previamente credenciadas pela contratada.

O controle de todas as manutenções realizadas nas viaturas da UJ também é realizado por intermédio de sistema informatizado da empresa contratada Ticketcar. Esse sistema é operado por servidores do NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO no âmbito da Sede da SR/DPF/RO e por servidores designados, lotados nas Descentralizadas, que atuam como responsáveis pela Frota. A solicitação de manutenção é apresentada pela unidade que utiliza a viatura, em formulário padrão contendo a descrição dos problemas verificados. Esses são analisados pelo NUTRAN/SELOG/SR/DPF/RO, não raras vezes em conjunto com mecânicos de oficina credenciada. O orçamento é devidamente cadastrado pela oficina e outras credenciadas têm a oportunidade de apresentarem suas cotações para os serviços orçados. A ordem de serviço é aprovada para a oficina que apresentar o menor valor para os serviços solicitados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A informação sobre a gestão de do patrimônio imobiliário deve ser organizada nos seguintes quadros: Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros; Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional e Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ. Além dos quadros, também é exigida do dirigente análise crítica sobre a gestão dos imóveis efetuada pela UJ.

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro a seguir permite a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens.

QUADRO XIX – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RO	1	11
	Porto Velho	3	3
	Ji-Paraná	1	1
	Guajará-mirim	3	3
	Vilhena	2	2
	Pimenteiras	1	1
	Pimenta Bueno	1	1
Total Brasil		11	11

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

O Quadro a seguir discrimina os Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto os funcionais, e está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão, essencialmente relacionados a manutenção predial.

QUADRO XX – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Manutenção ¹
200378	0005.00051.500-1	13	3	222.759,85	26/03/13	2.437.603,04	126.055,32
	0003.00416.500-9	12	4	237.087,27	26/03/13	1.346.245,26	298.947,33
	0001.00054.500-5 ²	12	4	21.250,00	26/03/13	44.221,25	
	0003.00417.500-4	12	4	144.639,78	26/03/13	651.878,01	
	0003.00362.500-6	12	4	243.667,53	26/03/13	1.083.991,22	
	0013.00043.500-9	13	4	265.589,10	26/03/13	1.447.630,00	122.912,31
	0001.00200.500-8 ²	12	4	30.020,00	26/03/13	55.844,00	
	0021.00032.500-0 ²	12	4	20.020,00	26/03/13	22.325,00	
	0001.00206.500-0	12	4		26/03/13	1.310.802,00	89.609,79
Total							637.524,75

Fonte: Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

¹ Os valores apresentados referem-se aos gastos com manutenção predial envolvendo as funções de eletricitista de alta e baixa tensão, ajudante de oficial e oficial de manutenção juntamente com os insumos utilizados, dentre outros e;

² Refere-se a terreno.

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Análise Crítica:

A SR/DPF/RO possui sob sua responsabilidade o quantitativo de 9 (nove) imóveis, nos quais estão instaladas a sede da Unidade e as Delegacias descentralizadas no interior do Estado.

A gestão dos imobilizados é dificultada pelas restrições orçamentárias para custeio de despesas com reformas que dependem da descentralização dos recursos pela unidade central após a avaliação do Plano de Obras, encaminhado anualmente, e ainda as limitações da LOA para tal ação.

Os gastos realizados em 2013 com a manutenção de tais imóveis próprios foi de **R\$ 692.838,37**, acrescido os valores com a manutenção do imóvel da Base Central em Pimenta Bueno (imóvel locado). Esta Unidade possui contratos vigentes de locação de mão-de-obra nas funções de oficial e ajudante de oficial para rotinas de manutenção predial (rede hidráulica, instalações físicas, dentre outras), eletricitista de alta e baixa tensão (rede elétrica) e serviços de jardinagem, todas adequadas às suas necessidades.

A gestão dos imóveis da UJ 200378 fica sob responsabilidade do Núcleo Administrativo - NAD/SELOG/SR/DPF/RO a quem compete o gerenciamento documental no SPIUNET; a gestão dos contratos de manutenção predial compete à GESCON – Gestão de Contratos e ao; GTED compete a fiscalização do contrato de manutenção predial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

6.2.4 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

O Quadro, a saber, trata da Discriminação de Imóveis Funcionais sob Responsabilidade da UJ.

QUADRO XXI – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
Ocupado	0013.00044500-4	4 ¹	254.815,61	26/03/13	1.358.540,54

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

¹ Cessão – Outros

Análise Crítica:

A portaria n.º 250/2009-DG/DPF, de 14 de abril de 2009 regulamenta a cessão de uso dos imóveis residenciais administrados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF, considerando o Decreto-Lei n.º 9.760, de 05 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e o teor da Orientação Normativa GEAPN n.º 003, de 24 de janeiro de 2001, aprovada pela Portaria n.º 010-SPU, de 2 de fevereiro de 2001.

A cessão de uso dos imóveis residenciais é feita mediante permissão em caráter precário, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de assinatura do Termo de Ocupação de Residência, podendo ser prorrogado pelo respectivo dirigente, uma única vez e por igual período, se mantidas as condições de habilitação.

No terreno anexo a DPF/VLA existem (4) imóveis funcionais, todos ocupados por servidores de carreira. Convém esclarecer que a manutenção desses imóveis é de responsabilidade do ocupante, excetuando-se aquela decorrente de vícios de construção.

A manutenção compreende a conservação e a reparação do imóvel com vistas a manter o bom aspecto e seu adequado funcionamento. A conservação abrange os trabalhos preventivos e recuperatórios para eliminar, tão logo se revelem, as falhas e defeitos provocados pelo desgaste natural do imóvel. São consideradas como atividades de manutenção: pintura total ou parcial de paredes, tetos e esquadrias; aplicação de verniz em pisos, paredes e esquadrias; demarcação de pisos (vagas de estacionamento, quadras de esporte, etc.); limpeza, conserto ou substituição de caixas de gordura e de inspeção, de ralos simples e sifonados; limpeza de caixa d'água, esgotos e esvaziamento de fossas; desentupimento e conserto parcial de redes de água e esgoto e de águas pluviais; conservação de jardins; conserto ou substituição de fechaduras, dobradiças, torneiras, pias, chuveiros, portas, janelas, telhas, esquadrias, lambris, divisórias, luminárias, interruptores, tomadas e chaves elétricas em geral que apresentarem defeitos ou desgastes pelo uso.

Todos os cessionários dos imóveis pagam uma Taxa de Ocupação correspondente a 3% (três por cento) ao ano sobre o valor atualizado do imóvel ou da parte nele ocupada, sem exceder a 20% (vinte por cento) do vencimento de seu salário. O valor da Taxa de Ocupação fixada no caput ajustar-se-á 30 (trinta) dias após a fixação e cálculo dos reajustes gerais de vencimentos dos servidores públicos federais, inclusive antecipações e adiantamentos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro a seguir está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

QUADRO XXII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADO DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RO	1	1
	Pimenta Bueno	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil)		1	1

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

Análise Crítica:

Realizadas consultas a Superintendência de Patrimônio da União em Rondônia, demais esferas de governo acerca da disponibilidade de imóvel para utilização pelo Posto Avançado de Polícia Federal em Pimenta Bueno para o abrigo e armazenagem de objetos apreendidos sob responsabilidade da Operação Roosevelt, sem êxito, procedemos a instrução do procedimento administrativo 08475.010404/2006-31 que resultou na celebração do contrato nº 14/2007 nos termos do que preceitua o Artigo 24, X, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como pelas disposições da Lei do Inquilinato.

Em 2013 com cessão de imóvel pelo IBAMA à Polícia Federal, conforme extrato publicado no D.O.U. Nº 3, em 6 de janeiro de 2014, Seção 3, considerada a área do terreno existente e especialmente diante da insuficiência de orçamento para fazer frente as despesas do exercício de 2014, visando a otimização dos recursos optou-se pela não prorrogação do contrato nº 14/2007, extinto em 31/12/2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

7 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras é uma constante da UJ.

7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO XXIII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? As contratações de bens e serviços são realizadas de acordo com a Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19/01/2010, que trata da sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. Quando da aquisição de bens, são observados no mínimo os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: - tratar-se de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; - observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; - os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). Na contratação de serviços, exigimos a CONTRATADA o cumprimento das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, a seguir: - utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; - adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; - realização a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

<p>cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e - respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</p>		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Sim. Exigência de certificação do INMETRO, Selo Procel.		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Ainda não é possível avaliar.		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Toners remanufaturados, Papel A4 reciclado, para utilização em impressoras laser e jato de tinta, produzido com filme de tecnologia bopp biodegradável.		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X	
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Aquisição de toners remanufaturados.		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X	
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Considerações Gerais: **A prefeitura de Porto Velho/RO recolhe os resíduos separados, papel e plástico e encaminha as associações cadastradas. A separação dos resíduos por parte dos servidores e prestadores de serviços ainda não ocorre em 100%. A SR/RO insere-se na fase de adaptação de mudança cultural.**

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SELOG/SR/DPF/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro abaixo consolida o consumo com a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, 2011, 2012 e 2013 bem como demonstra que a UJ aderiu ao Programa Carbono NEUTRO ligado à temática sustentabilidade ambiental.

QUADRO XXIV – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Programa CARBONO NEUTRO		2011		Plantio de 1.337 mudas, replantio de 134, totalizando 1.471 mudas até 11/11/2011		
Programa CARBONO NEUTRO		2010		Plantio de 1.301 mudas, replantio de 130, totalizando 1.431 mudas até 11/11/2010		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3290	3.012	3.665	29.452,24	27.981,48	34.047,85
Água	6553	6834	3833	86.293,57	91.063,13	50.942,42
Energia Elétrica	1.317.315	1.298.493	1.278.713	551.300,26	602.586,29	517.155,89
			Total	669.059,07	721.630,90	602.146,16

Fonte: NAD/SELOG/SR/DPF/RO

Para a quantidade de emissões de carbono das atividades do DPF a **identificação** foi feita por estudo técnico científico no Instituto Nacional de Criminalística, no Setor de Perícia em Meio Ambiente que definiu as emissões de carbono de todo DPF, por metodologia própria, e gerou o **(tratamento)** de plantio de árvores necessárias para neutralização desse carbono. Para o Programa CARBONO NEUTRO foi adotado o índice de 1,7 mudas de árvores para cada tonelada de emissão de carbono.

Em 2012 e 2013 o Programa CARBONO NEUTRO foi suspenso considerando tratar-se de ano eleitoral o primeiro e a realização de Grandes Eventos no segundo, com elevada demanda de trabalho e reduzido efetivo.

Embora não haja indicadores institucionais, o Setor de Administração e Logística Policial considera o critério de comparação de resultado do consumo e os valores gastos para medir seu grau de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse sentido, os gastos de energia elétrica por servidor.

Ano	Valor em R\$	Servidores	Gastos com energia elétrica	
			Média de gastos por servidor	% de acréscimo
2013	551.300,26	288	1.914,23	-13,59%
2012	602.586,29	272	2.215,39	19,95%
2011	517.155,89	280	1.846,98	-

A análise dos custos com fornecimento de energia elétrica ao longo dos três períodos ora analisados, considerando tão somente o quantitativo de servidores e valores pagos vê-se que houve redução de 13,59% de 2013 se comparado ao ano anterior ainda que superior o quantitativo do efetivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

8 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Não houve recomendação expedida pela Controladoria–Geral da União nem deliberações do TCU para esta Unidade Jurisdicionada no exercício de 2013, portanto deixa-se de prestar informações para os itens 9.1 (Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU) e 9.2 (Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício), do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013 e respectivos quadros, assim como não há informações a serem prestadas sobre o item 9.3 (Atuação da Unidade de Auditoria Interna) apesar de se aplicarem a natureza da UJ.

Deixa-se de prestar as informações do item - item 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário não foi preenchido, e respectivo quadro, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2012 e Portaria TCU nº 175/2013, por não ter ocorrido instauração de Termo de Contas Especiais para apurar possíveis danos ao erário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

8.1 Tratamento de Recomendações do OCI

8.1.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas

O Quadro abaixo contém as informações sobre as providências adotadas para atender à recomendação expedida pela CGU em exercício anterior, contundo conforme cientificada esta UJ pelo órgão central ainda constaria como pendente.

QUADRO XXV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Tipo Comunicação Expedida
1	Relatório 232189	002	Recomendação para reposição ao Erário
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SR/RO			
Descrição da Recomendação			
Cumprir o disposto no inciso I do art. 7º do Decreto nº 4.004/2001, providenciando a restituição aos cofres públicos da quantia de R\$ 18.358,24, (dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos) referente a ajuda de custo paga a maior, ao servidor Severino Moreira da Silva em função de sua remoção da Superintendência Regional de Rondônia para a SR/DPF/RN, uma vez que não restou comprovado o deslocamento dos dependentes declarados pelo servidor e que os mesmos moravam em sua companhia na época do deslocamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoal (Sede da Polícia Federal em Brasília)			324
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizada diligência junto ao servidor Severino Moreira da Silva e também junto a Diretoria de Gestão de Pessoal na Sede da Polícia Federal em Brasília e constatou-se a existência do processo protocolado sob o número 08200.030113/2010-75 referente à indenização ao Erário, em atendimento ao ofício 40609-DSEG/DS/SFC/CGU-PR de 10/12/2010 – Nota Técnica No 2917/DSEG/DS/CGU-PR, recebimento indevido de ajuda de custo referente às remoções da SR/DPF/RO para a SR/DPF/RN e da SR/DPF/RN para a SEDE/DPF/DF, montante da dívida: R\$37.019,58 (Notificação N° 01/2011-DPAG/CRH/DGP/DPF).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Verificou-se que o servidor Severino Moreira da Silva, matrícula SIAPE 1205553, teve descontado dos seus vencimentos no período de março/2011 a setembro/2012, sob a rubrica 00804 – INDENIZAÇÃO AO ERÁRIO 8.112, o valor total de R\$37.019,58 sendo em 18 (dezoito) parcelas de R\$ 1.969,98 (10% do subsídio da época) e 01 parcela de R\$ 1.559,94. Este processo correu na Diretoria de Gestão de Pessoal em Brasília e as informações de valores foram obtidas das fichas financeiras do servidos nos anos de 2011 e 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Um aspecto a ser melhorado em casos como este é que o órgão de controle lista uma recomendação não atendida pela SR/RO, quando na verdade a cobrança de indenização ao erário ocorreu junto ao órgão central da Polícia Federal e até então a SR/RO não tinha conhecimento da existência e desfecho deste processo. Assim, seria o caso do órgão de controle cobrar o atendimento da recomendação ao órgão central que foi notificado por meio do Ofício 40609 – DSEG/DS/SFC/CGU-PR.			

Fonte: CRH/DGP/DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

8.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

O quadro a seguir especifica dentro da classificação de cargos e funções obrigados pela referida Lei a entregar a DBR, a quantidade de pessoas submetidas à obrigação em cada um dos momentos: posse ou início do exercício na função ou cargo; fim do exercício de cargo; fim de exercício financeiro.

8.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

O **Quadro** abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR.

QUADRO XXVI – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	75	10	02
	Entregaram a DBR	75	10	02
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	05	05
	Entregaram a DBR	10	05	05

Fonte: SIAPE



8.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado De Rondônia vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Em relação aos servidores que não cumpram a obrigação de entregar a DBR, estes são notificados pelo SRH a cumprir com as determinações pertinentes.

O setor responsável pelo gerenciamento de entrega da DBR é o SRH/SR/DPF/RO, que não dispõe de sistema informatizado, realizando o controle da cobrança e da entrega por meio de planilha, ou seja, há apenas uma planilha de controle.

Insta esclarecer que não há análise pelo SRH/SR/DPF/RO das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio dada à remuneração recebida. Referidas DBR estão à disposição dos órgãos competentes.

Em decorrência do estipulado no art. 7º do Decreto nº 5.483/2005, bem como no art. 4º da Lei nº 8.730/1993, a análise quanto à evolução patrimonial é de responsabilidade da CGU e do TCU, portanto, esta UJ não a realiza.

Em relação às autoridades referidas no quadro acima, não há pendências, tendo todos os servidores, cumprido a obrigação. Cabe ao SRH o controle das informações, mantendo em planilha eletrônica a relação dos servidores que firmaram a autorização, bem como aqueles que optam pela entrega anual da declaração de bens. O documento é arquivado lacrado na pasta funcional do servidor. O acesso às pastas funcionais somente é franqueado aos servidores lotados no SRH. Finalmente, cabe esclarecer que eventual incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida pelo servidor não é objeto de análise por parte do SRH, que não tem atribuição normativa para tal.

Visando a manutenção do sigilo fiscal das informações, as DBR ficam arquivadas na pasta funcional do servidor e as autorizações para o acesso da CGU às DBR são guardadas em pasta do arquivo geral do SRH da UJ.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

8.3 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

A seguir estão quantificados os casos de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pela Unidade Jurisdicionada. Destacamos que no exercício de 2013 não ocorreu instauração de tomadas de contas especiais.

QUADRO XXVII – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Tomadas de Contas Especiais	
Não instauradas	
Dispensadas	
Débito < R\$ 75.000	Recolhimento do Débito
4	6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

8.4 Alimentação SIASG E SICONV


A seguir os dados do gestor responsável pela área de alimentação SIASG da UJ, o qual possui atribuição de atualizar os dados no respectivo sistema, traduzindo-se a declaração apresentada como veracidade da situação corrente dos sistemas especificados.

QUADRO XXVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Janete de Sá Caetano, CPF nº 386.070262-91, Agente Administrativo, exercido na **GCONT/SELOG/SR/DPF/RO**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho-RO, 14 de março de 2014


Maria Janete de Sá Caetano
386.070.262-91
AADM-SR/DPF/RO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A função programática de Comunicação Social na Polícia Federal e as atividades que se relacionam direta ou indiretamente, em termos administrativos compreende os campos de atuação e concentração das áreas de Imprensa e Divulgação, Relações Públicas, Propaganda Institucional, Cerimonial e Audiovisual em observância as orientações contidas na IN nº 13/2008-DG/DPF de 30/10/2008 que instituiu a Política de Comunicação Social da Polícia Federal – PF cominada com a IN nº 11/2008-DG/DPF de 30/10/2008 que instituiu Solenidades e Procedimentos para os Atos Funcionais e Circunstâncias relevantes.

Insta esclarecer que funciona como canal de acesso do cidadão ao órgão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, serviços, ícones específicos disponibilizados via acesso a rede mundial de computadores - INTERNET, no sítio www.pf.gov.br. Referida ferramenta dispõe de informações gerenciais que possibilitam medir a satisfação dos cidadãos-usuários resultantes dos serviços prestados por localidade da federação.

Considerando que os resultados alcançados, estatísticas são gerida pelo órgão central, estes deverão constar do Relatório de Gestão do Departamento de Polícia Federal.



10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na **NBCT 16.9** tem-se que a UJ aplica regularmente referida norma, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) com registra no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Já em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10 a UJ aplica regularmente a citada norma quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

A Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas para os cálculos foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
- g) A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados pelo Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO XXIX - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA – SR/DPF/RO			200378
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAF (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as (Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">a) A verificação da adequação dos demonstrativos que teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;b) O acompanhamento a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;c) A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº	DF-12534/O-8



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

11.1.1 OPERAÇÕES RELEVANTES

SEQ	Identificação Operação	Assunto	Servidor Nº	Abrangência Territorial	Prisões		Mandados de Busca e Apreensão	Execução em
					Preventiva	Temporária		
1	ZAGAN	Desmantelar grupo criminoso especializado em falsificações.	138	RO, SP, MT, AC	12	23	36	nov-13
2	ANABOLS	Desmantelar grupo especializado na comercialização de drogas anabolizantes e psicotrópicas.		RO	7	0	11	dez-13
3	Correria	Combate ao tráfico de entorpecente - IPL 067/2013.	13	RO			1	set-13
4	866	Destinadas a combater fraude a licitação e corrupção de servidores públicos federais.	120	RO, MS, AC,DF	14	2	24	mai-13
5	Pau Brasil	Destinadas a combater fraude a licitação e corrupção de servidores públicos federais.	120	RO, MS, AC, DF		5	7	mai-13
6	Rio Pardo	Deflagrada com o objetivo de identificar e prender os responsáveis pela execução de policial militar da Força Nacional de Segurança naquela localidade, deflagrou-se, ainda, no final de dezembro de 2013.	230	RO	11			dez-13
7	Humaitá	Destinada, a princípio, localizar três pessoas desaparecidas que cruzavam a Rodovia Transamazônica na altura do Km 180, tendo sido localizado os corpos e os responsáveis pelo crime após 2 meses de investigação.	30	AM	5	5	5	dez-13
TOTAL			651	0	49	35	84	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

Durante o ano de 2013 além da deflagração de importantes operações policiais no estado, a SR/RO também cooperou com o envio de grande parte do seu efetivo para auxiliar nos trabalhos desenvolvidos durante a Copa das Confederações realizadas na cidade do Rio de Janeiro no período de 27/05 a 05/07 e no evento denominado Jornada Mundial da Juventude realizada no período de 15/07 a 02/08.

O Setor de Comunicação Social da SR/DPF/RO desenvolveu as seguintes atividades durante o exercício de 2013:

- Realização, com a presença do Superintendente Regional da SR/DPF/RO, de 4 (quatro) Solenidades de Hasteamento das Bandeiras na sede da Superintendência, na presença do efetivo e autoridades Cíveis e Militares, das esferas Federal e Estadual;
- Celebração de Homenagem ao Dia das Mães Servidores da SR/DPF/RO com Lanche da tarde e sorteios de presentes;
- Cerimônia de Incineração de 369 quilos e 400 gramas de entorpecentes no dia 26/06/2013 na presença de diversas autoridades Cíveis e Militares, Federal e Estadual;
- Organização da Solenidade de Posse do Superintendente da Polícia Federal no Estado de Rondônia no auditório do Ministério Público do Trabalho na presença dos servidores de várias autoridades Cíveis e Militares;
- Participação na Organização da Páscoa dos Militares e Policiais no dia 11/09/2013 com a Celebração de uma Missa para os católicos e de um Culto para os Evangélicos;
- Divulgação e apoio aos servidores que participaram do Evento Portões Aberto 2013 da base Aérea de Porto Velho/RO no dia 13/10/2013;
- Participação na Abertura e apoio do XIX Curso Tático de Operador de Fuzil – de 19 a 30/08/2013 na SR/DPF/RO;
- Divulgação das Operações Polícias através de Coletivas e de Notas de Imprensa, com publicidade na Imprensa local, regional e nacional. (27 Notas a Imprensa e 4 Coletivas);
- Divulgação das Ações dos servidores da SR/DPF/RO na página da Intranet.

A Responsável pela Comunicação Social da Polícia Federal no Estado de Rondônia exerce referida atividade cumulada com as funções de Secretária do GAB/SR/DPF/RO e Gestora do T&D.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

CONCLUSÃO

A Superintendência da Polícia Federal em Rondônia no ano de 2013, conforme demonstrado neste Relatório, envidou todos os esforços objetivando alcançar melhores condições de trabalho, eficiência e qualidade em suas ações contra o crime organizado e **os resultados obtidos são considerados positivos e satisfatórios, mesmo tendo enfrentado sérias dificuldades relacionadas principalmente ao reduzido efetivo policial e administrativo** que impediu o alcance de resultados ainda mais expressivos.

As lotações da PF, especialmente na Região Norte, têm sofrido ao longo dos anos uma **redução continuada de seus policiais** que buscam pelas vias legais as lotações em regiões mais centrais do país. Cabe registrar que no ano de 2013 a SR/RO recebeu 73 novos policiais federais que se formaram na Academia Nacional de Polícia e substituíram os colegas contemplados em concurso de remoção. A oxigenação do efetivo tem a sua importância, entretanto perde-se experiência, principalmente em virtude do grande número de servidores que deixaram a lotação.

Registrem-se as ações de grande vulto deflagradas em 2013: **OPERAÇÃO 8666** e **OPERAÇÃO PAU BARSIL** destinadas a combater fraude a licitação e corrupção de servidores públicos federais, **OPERAÇÃO ZAGAN** destinada a dismantlar grupo criminoso especializado em falsificações, **ANABOLS** que identificou grupo especializado na comercialização de drogas anabolizantes e psicotrópicas, **OPERAÇÃO CORRERIA** destinada a desarticular grupo criminoso internacional e apreender grande quantidade de cocaína arremessada via aeronave, **OPERAÇÃO RIO PARDO** deflagrada com o objetivo de identificar e prender os responsáveis pela execução de policial militar da Força Nacional de Segurança naquela localidade, deflagrou-se, ainda, no final de dezembro de 2013, a **OPERAÇÃO HUMAITÁ**, destinada, a princípio, localizar três pessoas desaparecidas que cruzavam a Rodovia Transamazônica na altura do Km 180, tendo sido localizado os corpos e os responsáveis pelo crime após 2 meses de investigação.

Cabe destacar, ainda, as operações permanentes desenvolvidas pela SR/RO: **ROOSEVELT** que coíbe a extração de recursos naturais da reserva indígena dos índios Cinta Larga, rica em madeira e minérios, através da fiscalização do entorno desta reserva e na preservação da terra indígena; **ARCO DE FOGO/DEFESA DA VIDA** com foco na fiscalização e repressão a crimes ambientais cometidos nas áreas de preservação ambiental e **SENTINELA** que atua no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes.

Assim, constata-se a diminuição de efetivo e o aumento da demanda de serviço ao longo dos últimos anos, entretanto a motivação e o empenho dos servidores vêm mantendo a quantidade e a qualidade dos serviços prestados pela Polícia Federal no estado de Rondônia, onde a busca da Administração Pública pela excelência não deve parar, razão pela qual a atual Gestão desta Superintendência Regional tem envidado esforços para qualificar e aprimorar seus servidores, promover a revisão de processos ineficientes, racionalização de recursos humanos e materiais, sempre em observância ao planejamento estratégico que está vinculada.

Carlos Manoel Gaya da Costa
Superintendente Regional